

ATA Nº 1 /2024

SESSÃO ORDINÁRIA DE

26 / 02 / 2024

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações do órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício “Àtrium Mira”, sob a presidência do Ex.mo Sr. Nelson Teixeira Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador e pela Sr.ª Regina Serrano, com a seguinte Ordem do Dia: -----

PONTO UM: Análise do pedido de regresso solicitado por Paulo Jorge dos Santos Grego, no âmbito do pedido de suspensão de mandato, ao abrigo do disposto no n.º 5, art.º 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro -----

PONTO DOIS: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

PONTO TRÊS: Apreciação e votação da 1ª alteração ao Mapa Pessoal para 2024, nos termos da alínea o) do artigo 25º do anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 setembro, na atual redação-----

PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação atual, em articulação com o artigo 77º da Lei nº 85/2023, de 29 de dezembro, 1ª Revisão ao Orçamento e às GOPs do ano 2024. -----

PONTO CINCO: Aprovação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Mira no Diretor do Agrupamento de Escolas de Mira, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na atual redação. -----

PONTO SEIS: Aprovação, nos termos do previsto no n.º 4, do art.º 5.º, do D.L. n.º 57/2019, de 30 de abril, da proposta de atualização da atual

transferência de competências do Município de Mira para a Freguesia de Mira – ano 2024 -----

PONTO SETE: Aprovação, nos termos do disposto na alínea j), em articulação com a alínea k), do n.º1, do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atribuição de apoio extraordinário à Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

PONTO OITO: Relatório anual de atividades e avaliação da CPCJ – Tomada de conhecimento. -----

PONTO NOVE: Declarações de Compromissos Plurianuais, Pagamentos em Atraso e Recebimentos em Atraso do ano 2023 – Tomada de conhecimento. -----

PONTO DEZ: Assunção de compromissos Plurianuais – Tomada de Conhecimento. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco, e os Vereadores Dr. Tiago Daniel Cruz, Dr.ª Madalena Isabel Colaço dos Santos, Dr. Bruno José Milheirão Alcaide, Dr.ª Adriana Milene Ascensão Sousa.

PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: Por parte dos membros da Assembleia estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez, Paulo Jorge dos Santos Grego, José Luis Pimentel Lavrador, João Luis dos Santos Marques de Pinho, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Regina Maria Duarte Serrano, Maria José Jesus Silva, Gabriel Miranda de Pinho, Carlos Jorge Santos Nora, Guida Filomena de Jesus Reigota, Zélia Domingues Morais (em substituição de Eurico Petornilho Martins), Manuel Ferreira Inocência, Telma Milena Magueta Salvador, Andreia Sofia Simãozinho Petornilho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, António Manuel Teixeira da Silva, Sara Patrícia

Ferreira Braguez , Maria Adélia de Oliveira Maranhão (em substituição de João Pedro Ventura Lopes de Almeida), Mauro Emanuel Miranda Seiza (em substituição de António José Domingues Gonçalves), Augusto José Domingues Louro Miranda, Cristina Maria Domingues dos Santos (em substituição de Maria Clara Simões Clemente), Carlos Alberto Pessoa Mendes da Costa, Francisco Daniel Soares Reigota, Filipe Miguel Rocha Camarinha (em substituição de Rui Pedro Pinho Rocha), Carla Cristina Conceição dos Santos.-----

HORA DE ABERTURA: A reunião teve início às 16:00H, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças anteriormente referidas.-----

PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos,** Carla Santos que começou por cumprimentar todos os presentes, mostrou o seu desagrado quanto ao estado de não conservação dos pavimentos na freguesia dos Carapelhos, havia zonas onde era impossível transitar, havendo já provocado algumas situações desagradáveis a quem circulava por lá. Questionou, qual o ponto de situação das alterações do PDM do concelho de Mira. Referiu que os cabos de telecomunicações estavam muito baixos, e existia o perigo de serem arrancados pela passagem de camiões. Essa situação já tinha acontecido, em que o cabo tinha atingido uma pessoa. O problema era que a empresa colocou cabos novos, mas não retirou os antigos. Segundo os funcionários da empresa, aquele serviço não tinha sido adjudicado e por isso não o executavam. A Presidente deixou a sugestão àquele órgão, de elaborar e fazer seguir uma informação dirigida a empresa de telecomunicações, para retirarem os cabos. -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira,**

Francisco Reigota que cumprimentou todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Questionou qual o ponto de situação da recuperação do barco de arte xávega, colocado na rotunda da lota. Referiu que na Av. Manuel Milheirão havia necessidade de requalificar as entradas junto ao Manequim e ao prédio anterior, o piso tinha cedido, acumulava muita água e os carros batiam nas entradas e saídas. No lado oposto da avenida, havia necessidade de continuar a calçada até à pista pedonal, junta à rotunda da entrada da Praia. Questionou ainda se aqueles assuntos estavam identificados, se iria existir alguma intervenção. Há vários anos que o Partido Socialista defendia a isenção da taxa de IMI dos palheiros, reiterou então aquele pedido e questionou para quando seria aplicada a dita isenção. Quanto ao saneamento na Videira e na Barra de Mira, já anteriormente tinha questionado o Sr. Presidente da Câmara, mas não obteve resposta, voltou a questionar, esperaria já ter condições para responder, questionou então, em que ano estava previsto a construção do saneamento na Barra de Mira, e em que ano estava previsto a construção de saneamento na Videira do Sul. Pediu explicação sobre o fecho do Bar /Restaurante no Mercado da Praia de Mira, questionou qual o motivo e em que ponto estava aquele processo. Informou que os pisos das entradas do Clube Náutico e do Touring estavam bastante danificados, não dignificando em nada aqueles espaços, questionou quando haveria intervenções estruturadas naqueles locais. Questionou ainda, que intervenções estavam previstas para serem realizadas na Avenida Dr. Manuel Estrela e Avenida Cidade Coimbra. Os passadiços e a pista ciclo pedonal, na sua opinião, eram muito importantes no concelho de Mira a nível turístico, de qualidade ambiental e qualidade de vida dos Mirenses. Na transferência de competências realizada com a Junta Freguesia da Praia de Mira, o executivo municipal insistiu em não delegar a manutenção daquele equipamento, pois conseguiam-no fazer de forma mais eficaz e mais barata, o que não aconteceu durante dois anos. Os equipamentos não tiveram a manutenção necessária, em final de 2021 a Junta tinha quatro mil setecentos e

vinte euros e noventa e um cêntimo, disponíveis para pequenas reparações na pista ciclo pedonal, e propôs ao Executivo Camarário aplicar aquela verba na requalificação das madeiras na zona da Videira Sul no início de 2022. Em resposta o Sr. Artur Fresco, que na altura era Vereador, informou que o acordo de execução não seria renovado, e que ficaria à responsabilidade da CMM tendo como efeitos práticos o primeiro dia útil de 2022. Contudo, já tinham passado mais dois anos e as intervenções não tinham sido realizadas. Questionou o Sr. Presidente da Câmara como justificava aquela atitude, que explicasse detalhadamente que tipo de intervenções estavam previstas para aqueles equipamentos, e quanto iria custar a intervenção das madeiras do lado da Videira Sul, nomeadamente, nos varandins, que pela Junta, iria custar menos de cinco mil euros. -----

---- **Inteiveio o Presidente da Junta de Freguesia de Mira, Carlos Costa,** cumprimentou todos presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Referiu que na Rua do Rio, no Cabeço de Mira junto à ponte, o piso estava a abater, provavelmente seria infiltração derivado às águas que lá estavam a correr, que faziam com que abatimento estivesse a acontecer. Era necessário e urgente verificar aquela situação, poderia pôr em causa as pessoas que lá passavam. Ainda no mesmo espaço, reparou que havia qualquer coisa como bombas, que estavam a correr numa caixa junto da 109, que poderiam ser a causa do abatimento daquele piso junto à ponte. Informou que tinha estado com o responsável pelo IP da zona de Mira, junto à rotunda dos Leitões, que lhe explicou que as inundações que ali sucediam podiam ser causadas por raízes de árvores, que se tinham infiltrado nas manilhas. Verificaram também que do lado da estrada da Lentisqueira, próximo da padaria do Sr. Antunes, existiam duas sarjetas feitas de tubo soldado, aproveitaram as mesmas manilhas para fazer aquelas sarjetas. Aquilo não fazia efeito sifão, com a quantidade das águas que corresse do lado do Milénio e do lado da Lentisqueira, ao caírem numa caixa que seria pequena, a água recuava e saía pela parte da manilha. O

responsável da IP sugeriu que se tentasse desobstruir as maquilhas com recurso a uma máquina e verificasse se seria aquela a situação ou não. Caso não fosse, havia um problema a jusante em que, se as valas não estivessem limpas, não haveria escoamento das águas, elas recuam e provocaria as inundações. Referiu que já tinha sido solicitado, várias vezes, a colocação de uma passadeira na rua Fernandes Costa, junto ao Intermarché, e que ainda não tinha sido feita.

---- **Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, referiu a proposta feita pela Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, em relação aos cabos das telecomunicações. Percebiam que a fibra ótica na atualidade não tinha grande valor, ficava muito mais barato às empresas deixarem – na ficar, do que a retirarem. Era uma proposta pertinente, e questionou o Sr. Presidente da Câmara se estavam na disposição de se associar à Assembleia Municipal, no sentido de dar seguimento à proposta da Sra. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos. -----

----- **Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**-----

---- **1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):**-----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal**, cumprimentou os elementos da mesa, deputados, técnicos e público. Começou por referir o desagrado da Sr.ª Presidente dos Carapelhos, informou que naquela semana iriam ser realizadas algumas reparações nos pavimentos das ruas, no sentido de rematar alguns buracos. Até aquele momento não tinham tido massa asfáltica, mas a partir do dia seguinte haveria condições de proceder aquelas reparações. Tinha sido solicitado informações, não só nos Carapelhos, mas também noutras localidades, onde haveria necessidade de fazer aquelas intervenções, começavam então no dia seguinte. Era evidente que tapar buracos não era a mesma coisa que asfaltar uma rua de novo, mas no imediato, iam

começar os trabalhos no dia seguinte. Relativamente ao PDM tinham estado na semana anterior, por duas vezes, na Agência Portuguesa do Ambiente, na segunda feira e na quinta feira. Deslocou-se uma equipa de cinco elementos de Mira para debater assuntos, pormenores de todas as localidades do Concelho, alguns mais pormenorizados e de difícil resolução, outros de mais fáceis, tinham chegado a entendimento. Estavam num ponto de discussão e justificação, perguntas e respostas, teriam que enviar a curto prazo o documento final para a Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional do Centro, que iriam agendar uma reunião conjunta da Comissão avaliadora para todos os problemas que fossem identificados. Depois iria à Reunião de Câmara e seria aberto o período de discussão pública. Findo o período de discussão pública, e dependendo das questões propostas a debater, depois de todas as respostas terem sido dadas, o assunto voltaria a ser discutido em Reunião de Câmara e na Assembleia Municipal, para finalização e aprovação. Estimava-se que o assunto estivesse finalizado no início do Verão, mas como tinha havido atrasos e não dependia só deles, dependia também de outras entidades, tinham sempre que estar atentos e responder dentro dos prazos, para que não atrasasse muito mais. Quanto aos cabos de telecomunicações, iriam colaborar e estar atentos na resolução daquele problema. Em resposta às questões do Sr. Presidente da Junta da Praia de Mira, referiu que estavam a aguardar novo orçamento para a reparação do Barco da Arte Xávega, pois o orçamento que tinham não estava atualizado. Informou que a intervenção iria ser tão breve, quanto a receção do orçamento para aprovação. Quanto aos problemas na Av. Manuel Milheirão, referiu que iria ser feita uma avaliação para rever o problema de um lado e do outro, pois já tinham sido feitas algumas intervenções, mas o problema não tinha ficado resolvido. Quanto à isenção do IMI para os palheiros, assumiu ser também uma preocupação daquele executivo, pois tinham intenção de preservar o património. Já tinham feito a aquisição de um moinho de água, estavam na parte final de aquisição de um palheiro, tinham tido alguns problemas para conseguir

que toda a titularidade passasse para o Município. O mesmo se aplicava às Casas Gandaresas. Tinham igual preocupação com o património dos particulares e uma das formas da sua preservação, era a isenção do IMI, para os proprietários dos palheiros. Tinham que avaliar juridicamente como se conseguia, mas tinham que o fazer porque era sua intenção, não descer o IMI mas isentar. Quanto ao saneamento na Barra de Mira e na Videira Sul, referiu que não estava só dependente da Câmara Municipal, estava previsto no EBEF da ABMG, estimava-se que se iniciaria em 2026 e que em 2027 estariam feitos os saneamentos naquelas partes da Freguesia da Praia de Mira. Relativamente ao Mercado da Praia, tinha sido revogado o contrato com aquelas pessoas que tinham ganho aquela concessão, e estava para breve a hasta pública para nova concessão. A entrada do Touring, estava realmente em mau estado, mas já tinha sido regularizado. Informou ainda que, devido ao tipo de materiais que era permitido lá usar, provavelmente seria necessário lá voltar em pouco tempo, pois a entrada de saída de veículos e as chuvas levavam a que não permitisse se arranjar definitivamente, logo tinham que ter intervenções constantes. Na avenida Cidade Coimbra, no âmbito da empreitada da Eurovelo na Rua Dr. Manuel Estrela e Av. Cidade Coimbra a obra estava concluída. Ainda não tinha sido feita a receção provisória, e o Município iria complementar aquela obra com a sinalização vertical e horizontal que ainda estava em falta. Quanto à pista ciclo pedonal, na realidade não fazia parte do acordo com as Juntas de Freguesia, não era só com a da Praia de Mira, o Município tinha chamado si aquela responsabilidade e aqueles trabalhos. Estavam a organizar uma equipa interventiva só para aquilo, com efeitos mecânicos e de pessoal para garantir que houvesse limpeza e manutenção e estar sempre operacional. Era evidente que aquele trabalho precisava de um acompanhamento constante, era um equipamento muito utilizado não só pelos Mirense, mas por quem nos visitava, portanto também tinham aquela preocupação, mas como tinha vários tipos de intervenção fosse nas madeiras, no asfalto que existia, nas árvores que

tombavam e tinham que ser removidas assim como as raízes, e troncos, tinham que criar uma equipa só para aqueles trabalhos. Junta Freguesia de Mira, já tinham tido conhecimento que a ponte estava a abater, agradeceu o facto de ter reportado. Afirmou que aquele abatimento era recorrente, talvez fosse necessária uma intervenção mais profunda, mas o local era de difícil acesso, não era possível passar com máquinas muito pesadas e tinham algum receio naquela intervenção. Teriam que esperar pela baixa do caudal, para poderem analisar também por baixo para perceber o tipo de problema que lá estava. As bombas podiam ser pluviais, era junto à fonte da Bica onde existiam dois tipos de caixas, umas pluviais e outras de saneamento, tinham que ver se se tratava das que estavam ao encargo da ABMG ou do Município de Mira, referentemente de saneamento ou águas pluviais. Referente à rotunda dos Leitões era um dos espaços que os preocupava, cada vez que chovia tinham problemas com as caixas pluviais, que nem sempre era de fácil resolução. Podia haver ali obstrução por causa das folhas ou outro tipo de resíduos que lá entravam, ou por raízes e naquele caso a intervenção era muito mais difícil. Já lá tinham sido feitas intervenções que, depois de verificar o que lá saía de dentro, é que viam o problema que ali estava. Aquela era sempre uma zona húmida e podia ser realmente um tipo de problema idêntico ao que tinha relatado. Iriam com a máquina de pressão para tentar desobstruir, o que no caso de resíduos muito fortes ou raízes não conseguia remover, teria que ser outro tipo de intervenção. Referiu ainda que as valas, para dar escoamento às manilhas e às sarjetas tinham que estar limpas. Sugeriu que o Sr. Presidente da Junta de Mira se deslocasse ao local, juntamente com a equipa da Câmara, para juntamente analisar a situação. Quanto à passadeira na Rua Fernandes Costa, junto ao Intermarché, ficava com o apontamento para ser elaborado. -----

----**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Sr. Deputado Augusto Miranda** que cumprimentou todos na pessoa do Sr. Presidente da Mesa. Referiu ser importante salientar o início da campanha eleitoral para as eleições legislativas, salientou a importância de ter candidatos de Mira a concorrer às legislativas, para um concelho como Mira era importante ter vozes nas estruturas nacionais partidárias, para não serem esquecidos, mas lembrados. Agradeceu ao Executivo a disponibilidade para receber o partido CHEGA durante a campanha eleitoral, agradeceu também publicamente aos Bombeiros, ao Centro de Saúde e à GNR de Mira, também por os terem recebido em período de campanha eleitoral. Agradeceu ainda a todas as IPSS e Empresas que se mostraram recetivas ao seu convite. Deixou votos de uma boa campanha eleitoral ao seu adversário, Francisco que se pudessem encontrar em campanha algures pelo centro eleitoral de Coimbra. --

----- **Interveio o Sr. António Teixeira**, desejou boa tarde aos presentes e aos que estavam a assistir em casa. Em relação à tão desejada Praia Fluvial na Barrinha, e devido à tão grande ansiedade do seu renascimento, pedia em primeira mão e em direto, os pormenores concretos e detalhados do projeto anunciado, não esquecendo as datas. Referente à rotunda das lavadeiras na Praia, questionou para quando o fim dos trabalhos e a respetiva sinalização, ou esperavam um grande acidente, que ainda não tinha acontecido devido ao civismo e à grande atenção dos condutores. Pedia a alguns membros do executivo para parar de enganar as pessoas, ao dizerem que a Câmara iria investir, quando iam investir zero na habitação. Todos os Mirenses sabiam de onde vinha aquelas verbas. Pediu para tratarem bem, no Concelho, o SNS, uma conquista de abril e não fizessem como os seus colegas e o seu líder nacional, que o tentavam denegrir e acabar com ele. Apelou para que tivessem juízo, e pensassem na sua carteira e no futuro da carteira dos seus filhos e netos. Questionou que uma vez que tinham aumentado os funcionários no quadro pessoal, quando é que lá metiam um funcionário nos viveiros da Praia de Mira, para avisar as pessoas que não havia lá peixe. Referiu que era triste ver naquele

estado o que era o cartão de visita daquele concelho. -----

---- **Interveio a Deputada Sara Braguês** que cumprimentou a mesa na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, o executivo na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, todos os deputados, funcionários, público presente e aos que assistiam online. Parabenizou o executivo municipal por ter realizado mais uma edição do Mira à Mesa, que em muito dinamizava a economia dos restaurantes e fornecedores, para além de que divulgava e perpetuava aquela economia local, assim como o Concelho. Pediu informações sobre as inscrições para a terceira edição. Congratulou ainda pela publicação oficial das datas oficiais para a realização da prova de aquabike na Barrinha nos dias 27 a 29 de setembro, cuja realização tinha sido abordada na assembleia anterior, mas só naquela tinha havido a divulgação das datas pela sua organização. Parabenizou ainda o executivo pelas obras na Rua Óscar Moreira da Silva, a rua tinha ficado com maior fluidez de trânsito, para além de ter ficado um espaço agradável e bonito. O mesmo sucedendo na nova rua de acesso ao centro de saúde, que tinha deixado a Vila mais embelezada, mais dinâmica, mais acessível e mais segura. Agradeceu ainda o investimento de duzentos e quarenta mil euros que a Câmara iria investir na Zona de ampliação do cemitério, há muito referenciada como necessário. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

---- **2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):**-----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, respondeu relativamente à intervenção do Sr. Deputado Augusto Miranda, que realmente a campanha tinha começado e cada um havia de esgrimir os argumentos que entendesse. Esperava que fosse uma campanha limpa e justa. Quanto ao sr. António Teixeira, agradeceu que tenha tocado no assunto da Praia fluvial, tinha sido uma notícia que tinham lançado há pouco tempo, baseados numa comunicação da Agência

Portuguesa do Ambiente. Sabiam que há bastante tempo, os sucessivos executivos municipais tentavam reabilitar aquele espaço, e trazer à barrinha, aquela praia fluvial. Tinha sido com muito agrado que tinham recebido a notícia de que, a APA estava a permitir que se pudesse levar a cabo, a praia fluvial naquele espaço. Os mais antigos tinham memórias do que lá tinham vivido, outros tinham apenas as memórias das fotografias. Era um facto que a população da Praia de Mira, todos os Mirenses e todos os visitantes, gostariam de ver aquele espaço reabilitado. Informou que, tinham mapeado no Portugal 20/30 uma intervenção nas margens da Barrinha, estavam naquele dia a falar da Praia Fluvial porque o executivo tinha feito o seu trabalho, sendo que aquela informação que tinha saído da APA, era fruto do trabalho e dos pedidos que tinham andado a fazer junto das entidades competentes. Depois tinham classificado as águas como águas balneares, que era o que estavam à espera para poder avançar. Informou que o processo ainda não estava concluído, tinham ainda que aguardar pelo plano de Ordenamento da Orla Costeira, só depois iriam criar as infraestruturas que eram necessárias para aquele espaço. Era sua intenção que fosse uma alternativa para os banhistas, para que, quando o estado do mar não o permitisse, tivesse ali aquela alternativa, com as mais valias de ter água mais quente, água doce e um espaço melhor e abrigado para todos. Afirmou que ainda estava carecida de projeto, carecida de execução e de muito trabalho para que fosse feito. Quanto à questão das datas colocada, afirmou que com o que ainda estava para vir das outras entidades, não havia possibilidade de estar na época balnear de 2024 aberta ao público, mas se tudo continuasse a correr como o esperado, com normalidade, no próximo ano de 2025, estariam em condições de todos utilizarem aquele espaço como praia fluvial. Relativamente à rotunda da Vala das Lavadeiras, afirmou que já tinham o material que faltava entregar, a rotunda estava provisoriamente sinalizada, embora não nas melhores condições, mas naquele momento já tinham como finalizar aquela parte. Quanto aos milhões gastos na habitação que o Sr. Teixeira

afirmou serem do governo, já tinham tido parte daquela conversa e daquela discussão, mas podiam sempre falar sobre aquele assunto. Informou que o governo não iria lá fazer o investimento, portanto tinha sido o executivo a fazer o acordo para levar a efeito a construção de vinte e duas moradias unifamiliares, mais dois blocos com oito apartamentos em cada, portanto seria através do Município de Mira, com o acordo que tinha sido realizado com a CIM e com o IRHU, que aquela obra seria feita. Afirmou que a CMM não tinha onze milhões para investir, e como tal, sempre afirmaram transparentemente qual era o processo para aquilo. Afirmou que o que tinham dito é que, nunca em Mira se tinha realizado um investimento daquela envergadura, o que era verdade. Afirmou ainda terem condições para garantir habitação a custos acessíveis e controlados, pois todos sabiam como estava o estado da inflação relativamente à habitação. Afirmou que relativamente à saúde e ao SNS, as políticas do PSD é que estavam a tentar salvar o sistema nacional de saúde, que aqueles senhores e o seu partido tinham colocado no estado em que estava. Não eram eles que viam nas notícias as urgências a fechar, as grávidas que tinham que fazer centenas de quilómetros para dar à luz, falta de médicos, comissões inteiras e diretores dos hospitais a demitirem-se em bloco. As políticas que estavam anunciadas pelos candidatos, cabiam ao povo avaliar quais eram as melhores estratégias e as melhores opções. Mas, obviamente, não tinha sido aquele governo que tinha trazido a melhor coisa para a saúde a nível nacional. Aproveitou o tema da saúde para dizer que, não tinha sido por acaso que o novo presidente da ULSC tinha escolhido Mira, para vir anunciar as duas médicas que já estavam ao serviço em Mira, fruto da pressão exercida por aquele executivo, de conversas de pedidos de informação de troca de emails, levou a que os Srs. Drs. quisessem vir a Mira fazer a assinatura daqueles contratos, para as duas médicas de Mira, para duas médicas para Cantanhede, e uma médica para Coimbra. Cada uma podia ter assinado o contrato de trabalho nas áreas onde iam exercer, mas os Senhores Drs. escolheram Mira, para a assinatura de todos

os contratos e ainda bem que o tinha feito, aproveitaram a sua presença para ir ao Centro de Saúde verificar o estado das obras, o estado das instalações. Ficou a conhecer aquilo que pretendiam fazer, não só no Centro de Saúde de Mira, mas também nas quatro extensões do concelho. Quanto ao aumento dos quadros de pessoal, afirmou que concordava que era necessária uma pessoa para os viveiros, era na realidade um bom postal para eles e para todos os que os visitavam, restava saber se o postal era daquela altura ou de antes da intervenção que lá tinham feito. Informou que tinha havido algumas brincadeiras com os peixes que já lá estavam, com o pessoal que tinha aberto as comportas para as suas pescas artesanais, e que tinham estragado o que já lá tinham feito. Concordou ainda que, se houvesse naquele local uma pessoa capaz de mostrar o que ali tinha existido, e explicar o que seriam aquelas espécies, seriam com certeza uma mais valia para a Praia de Mira. Relativamente à intervenção da deputada Sara Braguês, afirmou que estavam sempre disponíveis para as iniciativas que fossem boas, haviam algumas que já não eram a primeira edição, tal como o Mira à Mesa, os eventos bons e que tinham boa qualidade, seriam para manter e levar para o futuro. Quanto à rua Óscar Moreira da Silva, o que foi feito era uma primeira fase que, quando aberto ao público, verificou-se que era um espaço melhorado com faixas que permitiam aos pais deixar as crianças mais em segurança, com iluminação inteligente nos sinais, sinalização vertical, pista ciclo pedonal, um espaço que tinha ficado diferente, funcional e mais atrativo visualmente. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

-----**Interveio a Deputada Andreia Petornilho** cumprimentou todos. Relatou que o Sr. Presidente na última assembleia tinha indicado que faltava melhorar os acessos, sinalização e asfalto nas vias, e que estavam aqueles trabalhos previstos para o mês de janeiro. Verificou no relatório de atividades que indicava

que tinham sido efetuados medições de pavimento, e tinham tratado da canalização. Questionou o que faltava para a abertura do CROAM. De seguida referiu que a Rua das Pedregueiras se encontrava em péssimas condições, partindo do princípio que já tinham conhecimento daquela situação, questionou para quando estava prevista aquela intervenção. Afirmou que tinha ficado muito feliz por o executivo ter ouvido a bancada do PS, e ter feito um esforço extra para a contratação de médicos. Das quatro necessidades que tinham a nível da contratação médica, tinham sido contratadas duas médicas. Quanto ao Centro de Saúde de Mira, visto que estavam atentos, perguntou quanto ao serviço de radiologia que estava completamente obsoleto, tanto a nível de infraestrutura como a nível de equipamentos, questionou que forcing é que estavam a fazer naquele sentido. -----

---- **Inteiveio o Sr. Manuel Inocêncio** cumprimentou todos na pessoa do Sr. Presidente da Mesa. Quis acrescentar um ponto à questão das empresas de telecomunicações, que não só não retiravam os cabos, como se tivessem que retirar um poste, tapavam o buraco, mas tudo o que estava à volta ficava por arrumar. Num passeio com calçada deixavam o buraco e o pavê amontoado, até que alguém o tirasse de lá. Verificou que tinham publicado em DR a proposta de loteamento da Zona Industrial do Montalvo, queria saber essencialmente em que fase estava aquele loteamento. Sabia que estava em fase de auscultação, questionava o que estava planeado para aquela zona, se havia ou não procura por parte das empresas. Afirmou que, como todos tinham oportunidade de observar, o projeto de reflorestação estava em andamento, pensava já estarem numa segunda fase com a limpeza dos terrenos e implementação de algumas árvores, pediu informações sobre a percentagem de árvores que tinham sobrevivido ao calor e que tinham vigorado, e questionou para quando estaria determinada a nova fase, e se havia alguma obrigatoriedade de acompanhamento por parte da empresa que lá andava a trabalhar, na monitorização das espécies implantadas e do seu acompanhamento. Sugeriu

que, se aproveitasse aquele momento para regularizar os cursos de água que existiam nas florestas, uma vez que as máquinas tinham tudo revirado, quando vinha as enxurradas poderia -se verificar que junto a 109 aquilo parecia um pântano, por onde a água devia correr já não corria, como estavam as máquinas seria uma oportunidade excelente. Em relação ao estado das vias de circulação daquelas aldeias, nomeadamente na região sul do concelho que ficaram em pior estado depois do inverno, questionou se estava a ser feito algum levantamento, monitorização e se havia alguma perspetiva de resolução daqueles problemas.

---- **Interveio a Deputada Maria José** cumprimentou todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Começou a sua intervenção, demonstrando o seu agrado nos arranjos que se iam fazendo na freguesia da Praia de Mira, e que já eram bem visíveis aos olhos de todos, referindo-se à rotunda da entrada da Praia de Mira e ao corte das árvores na Av. da Barrinha. Realçou que grande parte daquele trabalho era feito por mulheres, quase em exclusividade, às quais endereçou os seus parabéns. A bancada do PS questionou o executivo municipal em relação aos projetos do Orçamento Participativo que foram entregues à freguesia da Praia de Mira, nomeadamente o Skate Park e a requalificação do parque de merendas em frente à Santa Zita, em que momento de execução se encontravam aqueles dois projetos. Questionou ainda relativamente à obra da Av. Cidade Coimbra, nomeadamente à questão da entrega das crianças na primária. Ainda que não partilhassem do mesmo gosto estético, referiu que na obra de Mira tinham tido algumas questões em conta tal como o Kiss And Go, porque não fazer o mesmo na Praia de Mira, já que tinha sido gasto tanto dinheiro no arranjo daquela obra, e ainda não se vislumbravam melhorias. -----

Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

-3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):-----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que respondeu à deputada Andreia Petornilho. Anuiu que tinha anunciado na assembleia anterior abertura do centro de recolha oficial de animais, mas as coisas não aconteciam como queriam e parecia que andavam constantemente a adiar. Não se ia comprometer com data específica, andavam em obra, tinham aberto procedimento em início de dezembro para a requalificação do espaço exterior, com o valor de cento e onze mil euros mais IVA que resolveram investir na parte da envolvência do espaço antes da sua abertura. Informou terem reunido com a associação Abrigo do Carinho pois entendiam que o protocolo seria a melhor forma de funcionamento daquele espaço, sendo que estava para breve, não ia anunciar nenhuma data para não voltar a falhar. Quanto à Rua das Pedregueiras, assim como outras vias, estavam atentos, algumas iam sofrer intervenções com alguma urgência nos buracos maiores, outras tinham que ser feitas com outro tipo de intervenção, como cortar em quadrados ou retângulos e asfaltar como devia ser, para que aquele tipo de problemas não estivesse sempre a surgir. Relativamente à saúde e à questão das médicas e do serviço de radiologia, era bom que remassem todos para o mesmo lado, era bom que o Partido Socialista também estivesse associado àquela questão. Ainda bem que todos juntos remavam para o mesmo lado, o que interessava era que parte do problema tinha sido resolvido, mas a abertura do concurso era para quatro vagas, tinham sido preenchidas duas, não iam descansar enquanto não dessem justificações porque é que as duas vagas não tinham sido preenchidas, ou até que as duas vagas em falta fossem preenchidas, estavam sempre atentos. Quanto ao serviço de radiologia, umas das condições quando tinham assumido as transferências de competências na área da saúde a 1 de outubro do ano anterior, era para ser fornecido um aparelho novo de radiologia e imagiologia, bem como novas viaturas para atribuir ao Centro de Saúde, e só naquelas condições é que aceitaram as transferências de competências. O que acontecia era que aquilo tinha sido tratado com a ARS que, entretanto, tinha sido extinta a 31 dezembro de 2023. Não sabiam, exatamente,

com quem tinham que fazer a pressão para que aquilo se concretizasse. Já tinham tido oportunidade de falar com o Dr. Alexandre, o diretor na nova ULS, mas havia um pouco de ambiguidade de quem seria o responsável por aquilo. Estavam a tentar perceber, mas com a instabilidade política e o fato de que iam haver eleições em pouco tempo, as entidades também não sabiam dar a resposta que desejariam, e, portanto, tinham ainda aquele problema para resolver. Não estava colocado de parte, estavam atentos e iam trabalhar para que aquilo acontecesse. Relativamente à intervenção do deputado Manuel Inocêncio, referiu que o loteamento do Montalvo já tinha sido publicado, estavam em processo de alienação de lotes e de alguns terrenos. Estavam a ser criadas as infraestruturas necessárias para que, a curto prazo, tivessem os lotes disponíveis para quem quisesse. Tinha ido à Câmara Municipal, na reunião da quinta feira anterior, o regulamento para a atribuição dos lotes, quando estivesse completo o regulamento, seria muito mais fácil e mais simples os empresários que pretendessem, tinham acesso aos lotes lá disponibilizados. A regularização dos cursos de água, concordou porque andavam lá os meios mecânicos e humanos, mais valia regularizar aquela parte, ficava tudo feito de uma vez. Quanto à reflorestação ia solicitar a intervenção do Vereador Bruno Alcaide ao Sr. Presidente da Assembleia, mas ainda ia responder á deputada Maria José. - Quanto aos arranjos na freguesia da Praia de Mira, era bom que notava a diferença. Quando se fazia a transferência de competências e atribuíam os montantes que tinham atribuído às Juntas de Freguesia, era também a contar que a resposta daqueles trabalhos fosse feita convenientemente. Ainda bem que estava trabalho a ser feito, nunca a Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha tido tão grande montante atribuído, quase noventa mil euros, que tinham sido disponibilizados da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia. Ainda bem que aquele montante estava a ser utilizado para a realização do trabalho, era para aquilo que servia as transferências de competências. Relativamente aos projetos dos orçamentos participativos em falta, ambos na freguesia da Praia de Mira, o

Skate Park e o arranjo do parque de merendas da Santa Zita, estavam em crer que ainda no final do ano, os dois projetos estivessem concluídos. -----

---- **Interveio o Vereador Bruno Alcaide** que cumprimentou todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, bem como quem os estava a seguir pelos meios audiovisuais em casa. Informou que, naquele momento, estavam plantados mil e duzentos e setenta hectares do projeto de reflorestação. O projeto totalizava cerca de mil quatrocentos e noventa e dois, tinham já plantados cerca de um milhão seiscentos e setenta mil árvores de pinheiro bravo, e cerca de quinze mil duzentas e dezassete de pinheiro manso. Aquele projeto devia estar todo concluído até ao final de 2024. Naquele momento ainda se encontrava trabalhos de desmatação de alguns talhões, mais na zona sul do concelho, se tudo corresse como previsto, no último trimestre de 2024 estariam com aquele projeto concluído. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Sr. Mauro Seiça**, cumprimentou todos na pessoa do Sr. Presidente da Mesa. Dirigiu-se ao Sr. Presidente Artur, sabiam que tinha sido feita a prorrogação por mais 24 meses, para publicação do plano pormenor da Praia de Mira e Videira Sul. Era entendimento para a bancada do PS que, um assunto tão importante devia ter tido mais atenção por parte do executivo, e uma vez que tinha sido feita a prorrogação, devia constar na ordem de trabalhos daquela Assembleia. Achavam que era uma falha grave e incompreensível não levar aquela assembleia, mais que não fosse uma tomada de conhecimento. Questionou o que pensava o executivo sobre aquele assunto, iam adiar a decisão pelos 24 meses da prorrogação, e quando ia publicar. Quanto mais adiassem a decisão mais atraso traria para o Município. Não podiam continuar a empurrar com a barriga e continuar com aquela indecisão. Existia, ainda dentro daquele tema, uma situação que devia ser esclarecida. Questionou,

relativamente à situação da Videira do Sul, o Presidente da altura, Dr. Raul Almeida, chamou os eventuais proprietários, donos, usufrutuários, para que aqueles identificassem quais eram os seus terrenos. Foi-lhes dito, na altura, que aqueles mesmos terrenos lhe iriam ser dados. Questionou em que ponto estavam, se existiam desenvolvimentos sobre aquele processo. Eram questões que preocupavam os munícipes daquela zona e deviam ter uma resposta. -----

---- **Interveio o Sr. Gabriel Pinho** que cumprimentou o Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, Presidente da Assembleia, e os Colegas. A sua intervenção ia ser curta, ia só reforçar o que a Sr.^a Presidente da Junta tinha dito a fim das estradas. No dia anterior, se era como diziam os velhos que com as orelhas a zunir estavam a falar de nós, por volta das cinco ou seis horas no café não se falava de outra coisa, só do Sr. Presidente da Câmara e da Câmara, por causa daquilo que estava de frente ao café do Semião. De vez em quando passava um carro e aquelas pedras apedrejavam, saltavam para dentro da esplanada. Era triste, e já vinha a dizer ao longo dos anos que aquilo não era tapar os buracos. Ainda bem que tinha ouvido o Sr. Presidente a dizer na última intervenção que, ia fazer em alguns sítios, ia cortar e fazer. De frente ao Semião, andava a dizer aquilo há anos, já no tempo do Sr. Licério, pai do Nora, dizia que não fizessem aquilo que não tapassem os buracos, havia qualquer coisa naquela estrada de mal feito, que era a estrada mais velha dos Carapelhos, ali os buracos tapavam naquele dia, e passado uns dias já estavam outra vez, não era um buraco, aquilo era um buraco pegado. Por isso ali tinha que haver, como sempre o tinha dito, um corte e fazer um bocado de asfalto seguido, porque se não o fizessem nunca resolviam aquele problema. Era muito triste as pessoas estarem a beber o seu café, ou a sua cerveja ou fosse o que fosse, sentados a conversar e levarem umas predadas quando aquilo tinha buracos, era um bocado triste. No dia anterior tinha-se passado aquela situação. Não falava só naquele buraco, mas falava num todo, as estradas daquela freguesia deviam ser o pior de todo o Concelho. Por outro lado, perguntava para quando iam resolver outra insistência

forte das pessoas, para quando se ia resolver o buraco que estava ao pé da associação, que tinha sido aberto por causa da última cheia. Aquele buraco, já tinha ouvido dizer a alguns funcionários da Câmara que, enquanto as águas não secassem, não o faziam, só para o Verão. Achava que não havia necessidade, não era pedreiro, mas achava que aquilo era simples de resolver num abrir e fechar de olhos, tanto com manilhas como com uma tábua e cimentado. Achava que era um desprezo total para as pessoas que ali iam todos os santos dias, levar os meninos à creche e os idosos, iam de todo o concelho para lá. Iam pessoas da Praia, iam pessoas do Seixo, iam pessoas da Lentisqueira e todos os dias lhe chateavam a cabeça, ia quase todos os dias à Associação, questionavam para quando se tapava aquele buraco, tinham que esperar sempre uns pelos outros. Era só aquilo. Tinha outras coisas a acrescentar, mas tinham-no mandado ter cautela na língua, e ia-se aguentar porque estavam em campanha eleitoral e podia ferir alguém, muito dolorosamente se calhar merecia ser ferido, mas ia ficar para a próxima.-----

----- **Intervenção do Sr. Carlos Nora**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia e todos os que estavam a ouvir lá em casa. Queria levantar alguns problemas que tinham no Concelho, não só na Praia de Mira havia problemas, também os havia noutros sítios, nomeadamente na Lentisqueira. A estrada que ia da Lentisqueira para o S. Caetano, estava em péssimo estado, não tinha lá passado naqueles dias de chuva, mas ainda antes da chuva estava em péssimo estado. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara e da Junta passassem por lá, porque de facto aquilo estava praticamente intransitável. Relembra outras situações que já lá tinham sido focadas, mas como não via resolução queria voltar a lembrá-las. A situação dos multibancos. O multibanco na Lentisqueira e na Barra de Mira, que a Junta e o Executivo já se tinham comprometido que iam tratar daquilo, mas até aquele dia, nada. A situação das obras, à volta da igreja na Lentisqueira, que suscitaram alguma polémica, questionou como estava aquela situação. A situação do PDM

relativamente à possível urbanização da Rua Gonçalo Tavares do Areal, até ao antigo matadouro, se havia alguma coisa de novo sobre aquilo. A ligação da Travessa da Rua das Quartas até à Travessa da Rua do Chão de Riba, no Areal, que tinha havido uma grande propaganda antes das eleições e até aquele dia, nada. O estacionamento na Rua António José de Almeida continuava como todos sabiam, até aquele dia ninguém tinha tomado providências no sentido, se calhar, de adquirir lá um terreno, e fazer que desse para que as pessoas pudessem estacionar, e o comércio pudesse fluir de outra forma para aqueles que tem lá estabelecimentos. Também queria falar da obra que estava em bom ritmo da estação de tratamento das Cochadas. Aquela ETAR muito importante e reclamada há muitos anos. Estava a ser feita uma obra a cargo do Governo Português, naquele caso liderado pelo Partido Socialista, que ia efetivamente fazer sentido e viabilizar uma eventual praia fluvial na Praia de Mira, com aquela obra fazia todo o sentido a praia fluvial na Praia de Mira e, se calhar, outras que pudessem surgir. Respondendo ao Sr. Presidente da Câmara, que tinha levantado um problema sobre o SNS, queria dizer que o grande mentor do SNS tinha sido o socialista Conimbricense o Dr. António Arnaut. O SNS queria dizer, “saúde para todos”, que ninguém que se fosse deslocar a cada hospital público saísse de lá sem ser atendido, nem que não tivesse dinheiro. Todas as pessoas eram atendidas, infelizmente agora não tão rápido como seria de desejar, mas a verdade é que eram atendidas mesmo que não tivessem dinheiro, e aquilo tinha sido uma coisa conseguida pelo Partido Socialista. Queria também dizer, que não tinha sido um governo liderado pelo Partido Socialista que tinha dito aos nossos médicos e aos nossos enfermeiros, que o melhor era emigrarem, em vez de lhe criarem condições para eles se fixarem cá em Portugal. -----

----- **Interveio a Sra. Lurdes Mesquita** cumprimentou todos, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia cumprimentava todos os presentes e quantos estavam a assistir online em casa. Relembrou que no presente ano celebravam 50 anos de liberdade e de democracia, celebravam a conquista da liberdade e a

construção da democracia, refletindo sobre o passado e, esperava, perspetivando o futuro. Continuou dizendo que, no dia 23 janeiro na página no Facebook, o Município deu nota do livro de Maia Alcoforado, “À Boca Pequena”, obra de 1935 reeditada pelo Jornal Público, sairia juntamente com aquele Jornal no dia 25 janeiro, incluído na coleção “Biblioteca da Censura”. O livro estava disponível na Biblioteca Municipal, tanto quanto sabia. Continuou informando que, a partir daquele dia, estava patente na Biblioteca Municipal a exposição “Ditadura, Revolução, Democracia”. No Àtrium, o sítio onde estavam, de 9 a 19 de janeiro tinha sido possível apreciar a exposição itinerante do Museu do Aljube, intitulada de “Ato Des Colonial”, uma iniciativa do Plano Nacional das Artes em Mira. Parabenizou o Município pelas iniciativas, e por se ter associado às iniciativas das escolas e associações locais. Agradeceu e parabenizou o Município pelo documentário, “Os Caretos da Lagoa”, realizado por Tiago Cerveira, com banda sonora, original de Daniel Pereira Cristo, que levou o nome de Mira a vários pontos do mundo e conquistou sete prémios nacionais e internacionais. Uma tradição ancestral que a ditadura tinha tentado silenciar. Deu ainda nota da ida da conterrânea Celeste Oliveira no dia de Carnaval, ao programa do Goucha, falar das suas tradições de entrudo e da sopa de rabo de porco. O que os identificava e distinguia era cada vez mais valorizado. Cinco décadas de democracia, cinco décadas de mudança estruturais no seu país. A Revolução dos Cravos tinha trazido a igualdade de direitos, a Constituição da República Portuguesa que em 1976, proclamou no seu artigo 13.º o princípio da igualdade de todos os cidadãos perante a Lei. Portugal tinha começado a ser uma sociedade plural e aberta. O princípio da Igualdade entre mulheres e homens, encontrava-se consagrada na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Questionou, o Sr. Presidente da Câmara, sobre que ações estavam a ser programadas sobre a igualdade de género e não discriminação. Prosseguiu afirmando que, outra conquista de abril, era o poder local democrático, defensor dos valores da democracia e da participação ativa dos

cidadãos, na construção do seu próprio futuro. Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara, afirmando que todos se congratulavam com a conclusão da empreitada de reabilitação dos açudes da Videira Sul e do Casal de S. Tomé, com parceria entre a Câmara e a Caixa de Crédito Agrícola, para requalificar a zona de lazer e recreio na Praia de Mira e, acima de tudo, a perspetiva de terem a praia fluvial na Barrinha da Praia de Mira. Era uma alegria para todos, um sonho de muitos. Questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara sobre a Lagoa. Era necessário requalificar, potencializar e preservar aqueles recursos hídricos e a beleza daquele espaço. Era necessário desenvolver o território, proporcionando melhores condições de vida aos seus habitantes e preservando os recursos naturais. Em 1975 decorreram as primeiras eleições legislativas Pós 25 abril, com apenas nove por cento de abstenção. Segundo um estudo da fundação Francisco Manuel dos Santos, nos últimos vinte anos a satisfação dos cidadãos com o funcionamento da democracia tinha permanecido abaixo da média Europeia. Faltava confiança no Governo, no Parlamento, nos tribunais e nos Partidos. Em todos os atos eleitorais, milhões de Portugueses decidiam ficar de fora, apesar da democracia ter um apoio maioritário, só trinta e sete por cento das pessoas rejeitam a ideia de um líder forte, que não tenha que responder perante o Parlamento nem ir a eleições. Que as comemorações contribuíssem para o conhecimento do passado, para a valorização das conquistas de abril e o combate à indiferença e ao esquecimento. Fazia votos para que as eleições de 10 de março, fossem o início da inversão daqueles dados. -----

---- **Intervenção o Sr. Francisco Reigota**, referiu que relativamente às questões que tinha colocado na sua primeira intervenção, no período antes da ordem do dia, enquanto Presidente de Junta da Praia de Mira, podia constatar que, efetivamente, continuavam com respostas dúbias e pouco diretas em alguns assuntos, quando não interessava serem aprofundados. Relativamente à questão do IMI, referiu que o Sr. Presidente escusava de ter perdido tempo na explicação que tinha feito. Disse que estava muito preocupado com o património,

se estava preocupado, só tinha que fazer uma coisa que era praticar em vez de deixar um barco ao abandono, como andava a arranjar desculpas atrás de desculpas em todas as reuniões, que não conseguia sequer dar uma resposta objetiva, disse que andava à procura de um orçamento. Sinceramente não compreendia como é que para ter um orçamento da reparação de um barco, era preciso um ano, só da parte dele, relativamente aquele assunto, já o anterior Presidente andava com os mesmos problemas, bastava só ir a todas as anteriores assembleias e fazer um apanhado das suas respostas. Sinceramente era caricato, as respostas todas juntas dava um apanhado, que era do pior que já se tinha visto em Mira. Mas sinceramente no património praticava-se, tomassem conta dele. Relativamente ao IMI referiu que a proposta era de 2015, estavam em 2024, passaram nove anos, a sua proposta tinha nove anos, isenção de IMI, tinham dito que sim, passaram nove anos e não respondiam. A única coisa que tinham que fazer era dizer que sim, e aplicarem e deixarem-se de conversas, porque só tinham conversa. Relativamente à questão da pista ciclo pedonal, também tinha feito uma questão concreta, quatro mil e setecentos euros que existiam no acordo em 2021 que não foram utilizados. Tinha feito uma sugestão, que era passar para janeiro de 2022, e com quatro mil e setecentos euros faziam a reparação das madeiras. Não foram feitas as reparações das madeiras passados dois anos e tal, e questionou quanto é que iriam custar. Lam-se desculpar com a inflação, mas o problema é que a inflação tinha existido, naquele momento as madeiras custavam o dobro ou o triplo do que custariam, e os equipamentos estavam por arranjar e naquele momento a condição financeira do Município, claramente, que tinha degradado, bastava ver os seus relatórios. É que naquele momento as coisas começavam a estrangular, havia coisas que estavam a começar a estrangular, bastava ouvir as intervenções da bancada do PSD, eram estradas, eram arranjos, estava tudo por fazer, naquele aspeto era o dia a dia, era a sua pequena reparação que nem sequer se conseguia dar resposta aquelas coisas. Depois quando se ouvia que,

se por um lado não se queria fazer política, quando se falava de SNS o Sr. Presidente, pela primeira vez então, lembrou-se de fazer política, de fazer um ataque ao Partido Socialista. O Sr. Presidente estava lá para governar o Concelho de Mira e não para fazer ataques ao Partido Socialista. Fez um ataque ao SNS, fez um ataque ao Partido Socialista, disse que a campanha, pois alguém havia de participar nela, não via efetivamente ninguém do PSD de Mira a participar na campanha, nem a emitir uma única opinião na praça pública sobre aquela campanha. Podiam-no fazer, mas chegavam a uma assembleia e havia um ataque ao Partido Socialista. Relativamente à questão da saúde, relativamente à questão da saúde em concreto, o Partido Socialista na última Assembleia Municipal disse uma coisa muito simples, é que aqueles assuntos, efetivamente, não eram propriedade do Partido A ou B, era uma causa comum a todos e não fossem ser hipócritas ao ponto de querer passar a mensagem de que, o Partido Socialista não estava preocupado com a saúde em Mira, ou no resto do país. Estavam tão preocupados como os senhores, e não lhes podiam admitir que viessem dizer que uns estavam mais preocupados que outros, porque também não o diziam em relação a eles. Diziam era uma coisa muito simples, estavam em funções e tinham a oportunidade que eles não tinham, que era aplicar políticas que iam contribuir para a melhoria de vida dos cidadãos, naquele caso concreto, do concelho de Mira na área da saúde. Deviam ter aplicado medidas para atrair os médicos ao concelho de Mira, se era uma responsabilidade única exclusiva deles, questionou, não, não era e nunca os tinham acusado daquilo, tiveram compreensão com eles por causa daquilo, mas também lhe tinham respondido que nada tinham a ver com aquilo. Contudo, quando foi para fazer notícia, passados uns dias, aí já tinham a ver com a notícia, só que em vez de anunciarem que num concurso de quatro médicos, só conseguiram atrair dois e ficaram dois por ser ocupados, isso era o que os preocupava verdadeiramente, não, quiseram fazer um grande anúncio de dois médicos. Ficavam contentes que eles lá estivessem, que elas lá estivessem

naquele caso concreto, mas esperavam que elas lá pudessem ficar durante muitos anos, e que se conseguisse atrair em Mira melhor qualidade, também para a saúde. Relativamente à questão dos viveiros, referiu aquele tipo de observações ficava mal, já no passado tinha sido feito. Implicitamente, fazia acusações a pessoas que foram de alguma forma degradar os viveiros, ou colocar em causa a vida dos peixes. Aquilo já tinha acontecido no passado, se tivesse alguma coisa para falar sobre aquele assunto, que concretizasse, não ficasse com meias palavras, porque no passado houve pessoas em Mira a serem perseguidas por causa da questão das descargas ambientais, que eram feitas todos os dias. O Sr. Presidente era presidente da Junta, tinha oportunidade de falar com ele sobre aquele assunto, e dizia que nem o conhecia, e eles durante anos tinham lutado para que a qualidade ambiental fosse melhorada em Mira. Estava a ser feito um grande investimento de doze milhões de euros numa ETAR, que iria permitir a melhoria da qualidade das águas em Mira, e que Deus quisesse que fosse no futuro produzir exatamente uma praia fluvial na Praia de Mira, ou outra na Lagoa até, mas só com qualidade ambiental e com qualidade das águas, porque sem a qualidade das águas era uma irresponsabilidade, também da sua parte, promover coisas que não estavam totalmente feitas. Deixava uma última pergunta, naquele momento em termos de qualidade das águas quais eram as últimas análises que existiam relativamente à Lagoa, ao sistema hídrico e à Praia de Mira nomeadamente à Barrinha, qual era a última análise que tinha e o que é que essa análise dizia.-----

Findas as quartas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):-----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara** respondeu que relativamente ao Sr. Mauro Seiça, a prorrogação do prazo por vinte e quatro meses do plano pormenor da Praia e da Lagoa, era um atraso sim, podiam dizer que era um

atraso, não sabia se tinha que ter ido obrigatoriamente à Assembleia para informação ou não, de qualquer forma não pretendiam utilizar os vinte e quatro meses para aquilo. Estavam a ultimar as últimas perguntas e respostas que foram aparecendo, entretanto, tinham reunido com alguns particulares, com a Associação de Moradores do Miraóasis e Miravillas para resolver algumas questões antes da consulta pública. A partir daquele momento estavam em condições de levar o documento à consulta pública, e depois quem se quisesse manifestar, analisariam de novo as questões que lá fossem colocadas. De qualquer forma, não era de todo intenção de utilizar nem metade daquele prazo, mas resolveu-se colocar lá os vinte e quatro meses. Referiu que o caso da Videira Sul era complicado, tinham duas das melhores especialistas a tratar daquilo especificamente. O processo estava a decorrer, quando houvesse pronúncia das entidades externas à Câmara, informariam os interessados. Teriam mais alguma informação após a renovação do despacho, em que a DAF, a Unidade de Gestão Urbanística e o Planeamento estavam a ter em articulação, para depois terem alguma coisa mais em concreto para dizer. Naquele momento era o que lhe cumpria informar. Relativamente ao deputado Gabriel Pinho, disse que tinham em atenção o estado das estradas, nomeadamente o ponto que tinha afirmado junto do café. O buraco perto da associação no início de março iria estar reparado. O problema não eram as manilhas, aquilo era um aqueduto com outras características, com outro tipo de construção, que implicava que se fizesse igual para uma coisa bater correto com a outra, para não dar problemas no futuro. Relativamente ao deputado Carlos Nora, relativamente à estrada da Lentisqueira, pensava referir-se à Rua do Sardão, não tinha a certeza, se fosse, estava mapeada. O Sr. Presidente da Junta de Mira disse que sim. Estava mapeada, não para reparação de buracos, mas para ser realmente asfaltada por completo, juntamente com o Largo das Alminhas e aquela parte toda. Os multibancos na Lentisqueira e na Barra, o Presidente da Junta de Mira estava a tratar disso, quando se resolvesse um, resolvia-se o outro. As obras da Igreja,

não sabia a que obras se estaria a referir, havia lá um arranjo urbanístico previsto, que depois acabou por não acontecer. Mas teriam em atenção aquela zona que precisava de intervenção, iam ver qual era a melhor, também para resolver a situação, nomeadamente, o problema de pluviais que também existia lá. Na rua Gonçalo Tavares até ao matadouro, Rua Chão de Riba a ligação às Quartas, no PDM, lembrava-se de algumas situações, mas aquelas em específico não se recordava. Sabia que algumas delas tinham sido abordadas num âmbito mais geral e pormenorizadamente, aquela ou outra rua, não se conseguia recordar porque eram muitas situações, mas tinha apontado, sabia quais eram, mas não se recordava na identificação com a APA quando lá foram. Rua por Rua não se conseguia recordar. Tinha apontado para ver se estava contemplado nas reclamações que lá tinham feito, se não estivesse era para contemplar a seguir. O Sr. Presidente da Junta de Mira disse que estava contemplado A aquisição de um terreno na Rua António José de Almeida para estacionamento, era uma ideia ótima, aquilo eram terrenos urbanos que, se calhar, tinham algum custo. Teriam que avaliar e ver quais estariam disponíveis, não havia lá muitas placas com terrenos à venda, mas iam analisar a proposta. O que falou a seguir foi da obra da ETAR das Cochadas, realmente entroncava também pelo que tinha sido dito pelo Sr. Presidente da Junta da Praia de Mira, e com outras intervenções que já lá tinham sido levadas a cabo relativamente aquilo. A ETAR, e da deputada Lurdes Mesquita que também falou da Praia Fluvial da Lagoa, a ETAR há muito que era uma obra aguardada, podia ir resolver imensos problemas, tudo o que era feito através de descargas para os seus recursos hídricos, ia obviamente parar em parte à Lagoa de Mira e à Barrinha. Quando no início daquele Verão a ETAR estivesse concluída, estariam em condições, depois de avaliar melhor o estado, as análises até aquele momento, e já respondendo ao Presidente Francisco Reigota, as análises da água nos últimos três anos permitiam afirmar que a água podia ser utilizada, queriam continuar que aquelas análises fossem assim. Antes da obra estar concluída na

ETAR já estavam a fazer pressão para que a Lagoa tivesse uma intervenção, como a que tinha sido feita na Barrinha, porque também tinham mapeado no PT20/30, assim como tinha sido mapeada a Barrinha para limpeza também tinha sido mapeada a Lagoa. Portanto estava tudo entroncado, se fosse resolvido um problema, ia facilitar depois a limpeza dos seus lagos, nomeadamente os dois de que tinham estado a falar. Era viável depois acontecer uma praia fluvial na Lagoa, já o Sr. Presidente da Junta Freguesia de Mira tinha trazido aquilo ali naquele ponto e noutra ponto também, e no Casal S. Tomé. Portanto seriam avaliadas as situações, se bem que o que implicava uma praia fluvial, ia muito além das análises da água, lhes permitirem que sim e o que queriam fazer na Praia de Mira, era uma Praia com todas as condições, com apoio e com vigilância, tinha tudo uma série de elementos que era preciso analisar até à concretização. Relativamente à saúde, tinha sido transversal ao deputado Carlos Nora e ao Sr. Presidente Francisco Reigota, ninguém reclamava quem tinha sido a autoria, quem tinha sido o primeiro a criar o SNS, não era isso que estava em causa, o que estava em causa era o estado em que estava o SNS. Se entendiam que o estado da saúde, nos centros de saúde, nos hospitais a nível de cuidados médicos e de enfermagem estava bom, a sua opinião era que não estava. Portanto não podiam concordar e era disso que estavam a falar, ninguém estava ali a dizer que tinha sido A, B ou C o protagonista da coisa, em boa altura, quem o fez em boa altura o fez. Era da opinião que se devia manter, para dar o acesso gratuito a todas as pessoas sem exceção, e, portanto, não podiam era deixá-lo cair, não o podiam deixar morrer, como tinha dito anteriormente, ainda bem que estavam todos a pensar e a remar para o mesmo lado. O que queriam era garantir a saúde para todos a começar no concelho de Mira, se faltavam duas vagas das quatro que estavam abertas, não iam descansar enquanto não fossem preenchidas, bem como o material acessório que eram necessários para os centros de saúde, e para as extensões de saúde. Relativamente à deputada Lurdes Mesquita, “Os Caretos da Lagoa” tinha sido um excelente trabalho do

Tiago Cerveira, por onde a reportagem, documentário, filme, chamassem que entendessem, tinha passado, tinha ganho muitos prémios, já contava com sete prémios a nível internacional. Era uma divulgação do património imaterial invejável, o trabalho que ele tinha realizado tinha sido tão bem feito, que lhe tinha sido reconhecido o mérito, onde se tinha exibido o documentário. Em resposta ao Presidente Francisco Reigota, informou que o IMI dos palheiros seria decidido naquele ano, e seria colocado em prática até ao final daquele ano. Quanto à pista, explicou que não podiam utilizar quatro mil e setecentos euros de 2021 de maneira a protocolar aquilo com a Junta de Freguesia da Praia de Mira, estava nas mãos do Município fazer o trabalho, os quatro mil e setecentos euros poderiam lá chegar, mas as coisas nem sempre aconteciam como pretendiam, ou queriam. O que era facto é que, tinham intenção de fazer as reparações que eram devidas. Relativamente aos viveiros e ao vandalismo, aquilo que disse tinha acontecido, não podia acusar o fulano A ou o fulano B, porque não sabia quem tinha sido, mas tinha acontecido. Disse que o Presidente também tinha feito uma publicação, assim como o Município, em que lamentou os atos que foram praticados relativamente às bandeiras azuis que foram danificadas na Praia de Mira. Aquilo que fez, e fez bem, ao denunciar um ato de vandalismo daquela natureza, quando tinha falado, era porque também tinha sido um ato de vandalismo. Se havia autoridades que estavam a jogar com as sapas, com as tábuas e o nível da água, depois ia alguém por trás, sem saberem quem era, e estragavam o trabalho, foi simplesmente naquele aspeto que referiu o que tinha sido feito, mas que aconteceu, aconteceu. Até sabiam a quantidade de peixes que lá estavam inicialmente e que deixaram de estar.-----

---- **Interveio a Sr.^a Vereadora Adriana**, que esclareceu que relativamente ao plano de igualdade era importante referir que o Município de Mira, reconhecendo a igualdade como condição essencial para a construção de um futuro sustentável, em parceria com a CIM, desenvolveu um diagnóstico municipal sobre a igualdade de género e não discriminação, com objetivo de identificar e

priorizar as necessidades do Município em termos de igualdade. Assim surgiu o plano municipal da igualdade, um documento que apresentava conteúdos que sustentavam a atuação estratégica do Município em matéria de política, para a igualdade de género e não discriminação, para o ano 2023/2026. Daquela forma, ao longo daquele ano, iam realizar diversos encontros, workshops, ações de sensibilização e formações no âmbito da igualdade de género, da não discriminação, da violência doméstica, de LGBT, dirigido para pessoal docente e não docente, alunos do Agrupamento de Escolas de Mira, funcionários da Câmara Municipal, Associação Empresarial e comunidade em geral. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO UM: Análise do pedido de regresso solicitado por Paulo Jorge dos Santos Grego, no âmbito do pedido de suspensão de mandato, ao abrigo do disposto no n.º 5, art.º 77.º, da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro. -----

---- **Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que esclareceu que o pedido do Sr. Deputado Paulo Grego e o pedido do Sr. Deputado João Luis Pinho embora tenham dado entrada no mesmo dia, o deputado Paulo Grego dirigiu o e-mail ao Presidente da Assembleia e deu conhecimento à seção dos Órgãos Autárquicos, e o Deputado Luís Pinho não deu, por lapso o Presidente não enviou o nome do deputado João Luis Pinho para a seção dos Órgãos Autárquicos. Era um processo complexo e só naquele momento tinha condições para dizer com toda a certeza o que é que se devia ter feito. Informou que no decorrer da Assembleia ia fazer chegar em formato eletrónico o parecer da CCDR Norte sobre aquele assunto, para que de futuro todos ficassem a saber com que linhas se cosiam. Assumiu o seu erro, declarou ter falado com os líderes dos grupos da Assembleia Municipal, líderes das bancadas que concordaram que àquele ponto devia ser acrescentado a situação do deputado João Luis Pinho. Informou ainda que, ao contrário do que poderiam pensar, aquele assunto tenha discussão obrigatória e votação. Com a concordância dos líderes de bancada ia colocar aquele ponto a discussão,

primeiro do deputado Paulo Grego e depois do deputado João Luís Pinho. Questionou se alguém queria usar da palavra. Ao que ninguém de manifestou. Seguiu os trabalhos solicitando às funcionarias que fizessem a distribuição dos papeis para votação. Depois de contados os votos, informou que o “sim” ganhou por unanimidade. Voltaram a distribuir os votos para a votação referente ao deputado João Luís Pinho. -----

----- VOTAÇÃO -----

---- Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

---- Finda a votação o Sr. Presidenta da Assembleia desejou as boas vindas aos dois deputados, aos quais deu a palavra. -----

-----**Interveio o deputado Paulo Grego**, agradeceu a votação e autorização para o levantamento daquela suspensão. Afirmou não querer criar nenhum caso daquele procedimento, e fruto de não ser muito usual aquele tipo de situação, não sabia o porquê de terem surgido duvidas e de pedir pareceres, os pareceres tinham a validade que tinham, mas não se sobrepunham à Lei. Na lei não havia menor dúvida de como era o procedimento naquele caso, qualquer deputado tinha a capacidade de pedir a suspensão até aos trezentos e sessenta e cinco dias, se fosse autorizado e se o motivo fosse válido para aquele fórum, assim que aquele motivo estivesse ultrapassado só tinha que comunicar ao Sr. Presidente e voltar. Não havia a menor dúvida e se dúvidas houvesse bastava consultar como é que os outros faziam. Olhavam para as Assembleias ali ao lado e viam como é que faziam. Era simples, o motivo que tinha levado ao pedido de suspensão estava ultrapassado do ponto de vista profissional, pedia autorização para regressar, estava dentro dos trezentos e sessenta e cinco dias, não infringia nada do regulamento, portanto só tinham é que autorizar a seguir à comunicação ao Presidente, não via qualquer tipo de parecer que pudesse ir contra aquilo. Disse que ia deixar na mesa dois exemplos da Assembleia Municipal de Lisboa e da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, escolheu aquelas duas por terem formas diferentes, quase todas tinham, numa daquelas no ponto que falava da

suspensão do mandato, era exatamente igual ao de Mira, só tinha um ponto adicional a explicar como se fazia o regresso antecipado, que era precisamente comunicar ao Presidente, que tinha efeitos na convocatória seguinte. Na de Ponta Delgada tinha um artigo próprio para a cessação da suspensão, que era exatamente da mesma maneira, comunicava e vinha. Continuou dizendo que não havia nada na Lei Geral que se sobrepunha aquilo, nem existia. Pediu, para que aquele tipo de situação não acontecesse no futuro, uma pequena revisão ao regimento da Assembleia Municipal e escolher se acrescentava um ponto ao artigo 7.º ou se criava um novo, para que aquela dúvida não voltasse a subsistir. Outra coisa que não era regimental nem tinha a ver, mas que era de mau tom e só se tinha apercebido naquela semana, não se podia tirar o acesso à informação das reuniões onde os deputados tinham estado presentes. Nunca tinha consultado nada nos meses em que esteve ausente porque não tinha precisado, mas assim que recebeu a convocatória, foi para consultar a plataforma arquivo e o seu acesso estava vedado. Estava bem que não tivesse acesso às reuniões em que não participou, mas não podiam vedar o acesso aquelas em que tinha participado. Para que não voltasse a acontecer no futuro, a plataforma se não dava para escolher reuniões ou pastas tinha que ser revisto porque a documentação tinha que estar disponível para poder consultar desde o início do mandato até ao momento em que tinha pedido a suspensão. -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Assembleia**, disse que era uma questão de opiniões, que iam debater o assunto que pior que uma má decisão era uma não decisão. Afirmou não saber que o Sr. Deputado tinha o acesso vedado a plataforma e que tinha mandado de imediato restabelecê-la. Informou então, que aquele assunto teria que ser debatido em reunião de líderes de bancada. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

-----Colocado à votação o Ponto um, foi: Aprovado por Unanimidade. -----

PONTO DOIS: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo

25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, tratava-se do relatório, não ia fazer nenhuma explanação do documento, estava a disposição para prestar algum esclarecimento que fosse necessário. -----

- **O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:**

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Sr. Augusto Miranda** que questionou o Executivo em relação a duas situações, pois não encontra informação no relatório. A primeira era relativa à catalogação do espólio arqueológico municipal e também relativamente à carta arqueológica de Mira, qual era a situação atual. Gostaria também de questionar relativamente à forma como tinha decorrido o concurso para atribuição de bancadas de venda ambulante de comida durante a passagem de ano RFM Praia de Mira, se tinha decorrido tubo bem, ou se tinha havido alguns constrangimentos. Afirmou que só podiam fazer uma intervenção no Período Antes da Ordem do Dia, queria ali dar uma achega a três pontos. Relativamente aos multibancos afirmou também ter sido proposta do CHEGA na freguesia de Carapelhos. Relativamente à ETAR das Cochadas queria chamar a atenção que no período de pré-campanha tinha tido uma reunião, existia a intenção do Município de Cantanhede reutilizar as águas. -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Assembleia**, afirmou que aqueles assuntos não estavam em discussão naquele ponto e, portanto, não podia continuar com a sua intervenção. -----

---- **Interveio a deputada Maria José**, relativamente ao ponto dois, a bancada do Partido Socialista gostaria de ver esclarecida de forma detalhada, por exemplo, os gastos com Réveillon da Praia de Mira. A título de exemplo na página vinte e quatro, onze mil setecentos e cinquenta mil euros relativos a

publicidade, questionou a que tipo de publicidade se referia. -----

---- **Interveio o Sr. Deputado Carlos Nora**, afirmou que eles mantinham a sua preocupação relativamente à situação financeira da autarquia. Na página trinta e sete e na página quarenta e sete do compendio, verificavam que os compromissos por pagar tinham vindo a aumentar cada vez mais situando-se naquela altura em dezasseis milhões trezentos e setenta e oito mil quinhentos e trinta e seis, vinte e dois euros, com mais um milhão duzentos e quinze mil, novecentos e cinquenta, cinquenta e seis euros em relação ao período análogo de dois mil e vinte e três. Na página quarenta e oito, dívidas a fornecedores, continuava a aumentar sendo que em relação ao mesmo período do ano passado as dívidas a fornecedores conta corrente tinham um acréscimo de mais quinhentos e sessenta mil oitocentos e sessenta e nove, zero oito euros. -----

---- **Interveio o Sra. Deputada Andreia Petornilho**, que começou por referir que relativamente ao ponto dois do relatório de atividades na página cinquenta e três, questionou porque é que a requalificação do Bairro do Arieiro tinha sido suspensa. -----

---- **Interveio o Sr. Deputado Francisco Reigota**, referiu que ao analisar aquele documento concluía rapidamente duas coisas muito básicas, em primeiro lugar era que a situação económica do Município continuava claramente em degradação e aquela degradação estava bastante acelerada atingindo valores preocupantes. Em segundo, que aquele executivo cada vez pretendia dar menos informação aos eleitos, omitindo várias informações relevantes, defendendo-se com expedientes de interpretação duvidosa e sem qualquer fundamento comprovado. Consideravam incompreensível a alteração que fizeram aos mapas das páginas onze, doze e treze, e podiam apresentar diversas situações. Aquela alteração, já tinha sido feita na última reunião, já no último relatório que lhes tinha sido apresentado em dezembro, aperceberam-se daquela alteração embora não tenham tido disponibilidade de tempo para tocar naquela questão. Dando exemplos a tabela designada da área jurídica na página onze, participações ao

MP-três, pensando que o MP seria Ministério Público, questionou a que é que se estavam a referir concretamente, se podiam explicar. Por exemplo na tabela área administrativa na página doze quando referiam participações ao Ministério Público – oito, questionou se podiam discriminar aquelas oito situações. Ainda na tabela contencioso na página três, processos judiciais em curso – catorze, questionou quais eram. Antecipava que era evitado responder que aquela situação não se prendia com a aplicação do RGPD, pois não se aplicava e não podiam vedar informações relevantes aos eleitos que ainda por cima estavam num ato e num órgão de fiscalização, que podiam ter acesso àquelas informações. Se estavam ou não vedados a poderem partilhar com o exterior, poderia haver discussão, no caso concreto dos deputados municipais, tinham que ter acesso àquelas informações que eram de todo relevantes e não estavam em segredo de justiça. Relativamente ao Parque de Campismo que tinha estado encerrado, gostaria de saber afinal de contas o que é que tinha acontecido ao Parque de Campismo, tinha sido encerrado para obras, mas obras não se viam. O que era certo é que pelo próprio relatório notava-se haver degradação financeira e económica e desperdício de recursos durante aquele período de tempo, quando afinal de contas, por falta de organização as obras não tinham sido realizadas como deveriam ter sido, queria saber detalhadamente o que tinha acontecido no Parque de Campismo. Em relação à situação económica e financeira da autarquia, voltando a debruçar a sua análise na situação económica do Município, fazendo uma leitura entre as páginas trinta e quatro e cinquenta, fazendo uma análise comparativa retiravam vários exemplos que eram prova de que a situação económica e financeira da Câmara Municipal apresentava, era uma das piores de sempre, era uma das piores fases que o Município tinha tido na sua história. Na página trinta e quatro, ficavam a saber que nunca tinha existido um valor tão elevado de compromissos por pagar naquele período de tempo, eram mais de dezasseis milhões compromissos assumidos e por pagar á data daquele dia. Verificaram ainda que as receitas

tinham diminuído, criando ainda um maior risco de instabilidade financeira, fossem as capitais, fossem as correntes. Mais preocupante ainda era o fato de naquele compromisso estarem a assumir que mais de seis milhões diziam respeito às despesas com pessoal e no orçamento estava expresso que ainda ia ser mais pesado, no orçamento previam mais de sete milhões em gastos com pessoal. Aquela situação podia ser ainda pior porque afinal de contas ia àquela assembleia uma alteração ao mapa de pessoal, o que aparecia era o um mapa de pessoal com mais cento e cinquenta postos de trabalho. Se estavam a dizer que já se poderia vir a gastar mais sete milhões em gastos com pessoal, que estavam naquele momento compromissos assumidos de mais seis milhões e que aquilo ainda previam uma contratação de mais cento e cinquenta pessoas, iam ver onde é que aquilo os ia levar. Questionou como era possível sustentar aquela política despesista, como era possível que o Município naquele momento que não conseguia ter capacidade de intervenção na maior parte das localidades, na maior parte das suas obras, na maior parte das situações como era possível que aquele dia está já assumir que tinham mais de seis milhões gastos com pessoal e sabiam que nem tudo o que era gasto com pessoal estava refletido naquelas rubricas. Outra rubrica que tinha um aumento elevadíssimo era juros e outros encargos, teve um aumento em período homologado de mais de quatrocentos e treze por cento que correspondia a um aumento absurdo e preocupante. Para se aperceberem daquela realidade preocupante bastava recuar até ao início daquele mandato, não era preciso ir mais atrás, caso assim o fizessem seria efetivamente chocante os valores que encontrariam. No entanto, só mesmo em comparação com o início daquele mandato, a um de dezembro de dois mil e vinte e dois, no início do mandato existiam cerca de dois milhões de compromissos registados e por pagar. Recordava que naquele momento eram mais de dezasseis milhões. Contudo, não queriam fazer uma análise que fosse facciosa, por isso para que pudessem fazer uma análise completamente isenta bastava comparar o período homologado, ou seja a trinta e

um de janeiro de dois mil e vinte e dois existiam onze milhões, setecentos e noventa e quatro mil, cento e dezanove euros e oitenta e três cêntimos de compromissos por pagar, enquanto que a trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e quatro existiam dezasseis milhões trezentos e setenta e oito mil quinhentos e trinta e seis euros e vinte e dois cêntimos, uma diferença de mais quatro milhões e meio de euros. Aquilo poderia ser algo não tão preocupante se efetivamente o Município tivesse capacidade de pagamento e de investimento, o que era certo é que todos os outros indicadores lhes diziam que não havia capacidade. Não havia capacidade e aquilo refletia-se em dívida e em pouca obra. O que era certo é que acabava por ser demasiado pesado. Outro indicador que era relevante da destruturação do Município era o facto de o endividamento, nomeadamente na dívida de empréstimos a médio e a longo prazo ser cada vez maior. Tinha existido um aumento de vinte unidades e sete décimas por cento de dívida direta, e a tendência com a execução e a utilização das próximas tranches, é que sabiam que a dívida ia aumentar, porque já tinha sido assumida. Outro aspeto a considerar eram as dívidas a fornecedores que tinham atingido 31 de janeiro de dois mil e vinte e quatro o valor de um milhão oitocentos e setenta e oito mil setecentos e treze euros e noventa e oito cêntimos. O que correspondiam a mais um aumento de dívida o que revelava falta de capacidade financeira que o Município tinha naquele dia com consequências gravíssimas. Aquela questão era particularmente grave porque se os fornecedores ficassem muito tempo sem receber ficavam sem a capacidade comercial não tinham capacidade de recorrer à via de pequenas e médias empresas daquelas localidades e precisavam delas para que as pequenas obras e pequenas reparações fossem feitas no dia a dia. Para não falar que tudo aquilo ia fazer com a dívida aumentasse porque cada vez era mais caro aquele tipo de serviços porque quem recebia tarde e más horas certamente não ia praticar os mesmos preços de alguém que pagava a pronto. Também em relação a pagamentos em atraso, os tais que eram considerados a mais de noventa dias, verificavam que

existiu um aumento de mais de meio milhão de euros entre o início do mandato e naquele momento, em termos de percentagem era absurdo, ficavam ainda mais preocupadas ao ver que existiam outras dívidas que não estavam lá contabilizadas, podia dar vários exemplos mas bastava olhar para a ordem de trabalhos para perceber que vinha lá um valor de perto de dez mil euros que iam pagar a Junta de Freguesia da Praia de Mira, referente a limpezas que ocorreram no Verão de 2023 e que não contavam para aquela dívida porque não estava registado nem estava aprovado. Como aquelas havia outras situações no Município que eles sabiam o que era certo era que aquilo correspondia a uma dívida muito maior, mas que não estava registada a tempo e horas não correspondia a dívida a mais de noventa dias, porque senão a dívida seria bem maior. Em conclusão a situação do Município começava a ser verdadeiramente preocupante em todos os domínios, não tinham estratégia definida para o desenvolvimento sustentável das localidades, não havia desenvolvimento verdadeiramente estruturante que fosse fruto dos investimentos diretos do Município. O Município não tinha capacidade de investimento, as poucas obras que eram feitas eram maioritariamente da responsabilidade de políticas do Governo e políticas de investimento Europeu e as dívidas eram cada vez mais evidentes. Sinceramente aquela gestão revelava índices de incapacidade muito preocupantes. Sinceramente em nome do Concelho de Mira pediam que parassem, era o melhor contributo que podiam dar ao seu Concelho, sinceramente era pararem aquele caminho ruinoso. Relativamente ainda a duas questões que tinham sido colocadas nos períodos anteriores, nomeadamente no Período antes da ordem do Dia, relativamente ao mercado da Praia de Mira, que estava naquele relatório de atividades, na última assembleia municipal quando tinha colocado a dúvida sobre, porque e que o bar e o restaurante, tinha-lhe sido dada informação por parte de quem de lá tinha saído, que havia problemas concretos na obra e com responsabilidade direta ao Município, anteriormente tinha feito aquela questão e não lhe tinha sido respondido. Foi-lhe dito que

tinham revogado o contrato e passou-se ao próximo ponto. A sua dúvida era muito simples, questionou se o Município tinha falhado sobre aquela revogação, o que é que dizia aquele processo, pedia para lhe explicar de forma mais detalhada. Relativamente ainda a habitação que também vinha naquele relatório, a questão do investimento da habitação, ia só dar um exemplo a forma da incongruência com que as coisas eram tratadas. O Sr. Presidente disse na resposta dada anteriormente que” nunca dissemos que os onze milhões eram da responsabilidade do Município, ele tinha acedido ao seu telemóvel e procurou várias notícias que diziam o seguinte “ a Câmara Municipal de Mira no distrito de Coimbra anunciou que ia investir cerca de onze milhões de euros na construção de habitações, anunciou que ia investir, Não era a Câmara Municipal que ia investir , podia ser usada a semântica que quisessem e ser ardilosos nas palavras mas deviam ser mais concisos e mais corretos porque efetivamente o investimento não era do Município. O Município sim tinha feito parte do protocolo, o Município sim tinha a ver com aquela situação e eles também saudavam isso desde a primeira hora o tinham feito, no entanto deviam ser mesmo mais honestos nas palavras, era só aquilo e era aquilo que o seu deputado António Teixeira lá tinha ido dizer antes. Relativamente também a uma questão colocada pelo deputado Mauro, mas que estava naquele relatório que tinha a ver com o Plano Pormenor da Videira Sul, eles precisavam de saber, a população precisava de saber de forma mais detalhada do que tinha respondido em que ponto estava. Tinha sido feita uma reunião com trezentas pessoas ou com mais de duzentas pessoas na Praia de Mira, no Centro Cultural com a presença de vários técnicos daquela autarquia, com a presença do executivo onde lhes foram ditas coisas que até aquele dia não estavam a ser praticadas, foi-lhes comprometido que o plano pormenor seria executado em doze a dezoito meses, eles na altura disseram e tinha sido ele próprio a rebater aquilo, disseram que aquele plano de pormenor podia ser executado em muito mais rápido, Disseram também nesse dia que sim, que ele tinha razão sobre aquilo e que iam tentar

antecipar, não, não tinham antecipado, muito pelo contrario já tinha demorado muito mais tempo e as respostas não apreciam de maneira alguma. Por isso gostariam e sinceramente estava mandatado naquele momento pela população também para saber em que ponto estava aquela questão porque era a própria população que queria também a curto prazo uma explicação e uma reunião com a autarquia para ver aquele assunto esclarecido de forma detalhada, por isso pensava que podiam começar já naquele dia a responder.---**Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: 2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):**-----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que, relativamente ao deputado Augusto Miranda que tinha falado no espólio arqueológico, achava que já lhe tinha sido enviado um e-mail, depois uma série de questões que não tinha percebido muito bem se estavam enquadradas no ponto ou não, parecia-lhe que não, mas tinha feito uma questão que se prendia com a passagem de ano, assim como a deputada Maria José. Pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Vice-Presidente para responder aos dois deputados. -----

----- **Interveio o Sr. Vice-Presidente**, desejou boa tarde a todos. Na pessoa do Sr. Presidente da Mesa cumprimentava todos os deputados e todos os que estavam a assistir ali e online. Relativamente às duas questões colocadas ali, agradeceu que tivessem sido colocadas, relativamente ao réveillon na passagem de ano e, sem antes agradecer a todos os que tinham tornado possível aquele evento, mais um evento de sucesso, e a todos os parceiros. Relativamente à venda ambulante e como sabia, tinha sido feito um protocolo da gestão do street food com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira, e portanto tinha sido aquela instituição que tinha gerido aquela iniciativa, e como sabia, pensava que até seria uma pergunta retórica, tinha havido uma

reclamação naquele âmbito, de um colega dele. Portanto ao questioná-lo sabia qual era a resposta. Não foi unânime, havia uma reclamação a decorrer sobre aquela matéria que seria resolvida nas instâncias próprias. Relativamente à questão da publicidade e relativamente ao valor que tinha falado, era o valor respeitante aquilo que tinham que liquidar com a RFM, como sabiam aquele era um evento com um Naming, através do qual a RFM dava o Naming, aquele que se realizava na Praia de Mira, Reveillon RFM Praia de Mira, era o valor que era contratado com a RFM, para a produção do evento concretamente no que concernia ao seu título.-----

---- **Retomou a Palavra o Sr. Presidente da Câmara** explicou que relativamente à deputada Andreia Petornilho, o Bairro do Arieiro estava suspenso por indisponibilidade do empreiteiro, que disse que regressaria no mês de março para completar as obras. Relativamente ao deputado Carlos Nora, Francisco Reigota e as intervenções que tinham sido feitas que diziam respeito ao documento em geral, tinham sido feitas algumas questões, algumas tinha apontado outras não tinha conseguido, especificamente, algumas delas ia deixar a Dra. Carmen responder porque era um procedimento legal, se o Sr., Presidente da assembleia assim o permitisse, mas ia dizer alguma coisa relativamente ao documento em causa. Quando assumiam os compromissos por pagar não significava que existia a faturação. Quando assinavam um contrato, tinham que meter a totalidade do valor mesmo que ainda não estivesse executado. Deu como exemplo a obra do Centro de Saúde já tinha sido cabimentada como sendo uma despesa efetiva para o ano de dois mil e vinte e quatro, no entanto, a obra ainda não tinha começado. Quando tinham os vencimentos todos do pessoal para pagar todo o ano, tinha que ser cabimentado ali, ainda não tinham sido liquidados, estavam num bolo. Considerando de uma maneira geral, parecia que estavam a dever a todos e a todo o mundo. Quem ouvia falar os deputados, o Sr. Carlos Nora e o Sr. Presidente Francisco Reigota, o Município estava pela hora da morte, aquilo devia estar falido, mais valia fazer um resgate porque

aquela política que estavam a levar a cabo e o estado das contas, iam fechar as portas. Quem os ouvisse falar, era aquilo que parecia. O pagamento em atraso no final de dezembro era de quatrocentos e dezasseis mil, quinhentos e setenta euros e quarenta e quatro cêntimos. Dos pagamentos em atraso registados no final de janeiro, mais de metade era dívida proveniente dos serviços de recolha dos resíduos sólidos urbanos, à ERSUC e à SUMA, cento e cinquenta e um mil e cento e dezanove mil, respetivamente. Na gestão Socialista do Município, mais precisamente no final de janeiro de 2012, o Município de Mira tinha três milhões de pagamentos em atraso. Não iam comparar sequer. Quando falavam daquelas coisas, também convinha fazer um bocadinho de história para trás. Tal como tinham vindo a referir em ocasiões anteriores, a existência de pagamentos em atraso era uma situação pontual e transitória, e resultava do esforço empreendido pelo Município de Mira, de procurar buscar todas as oportunidades de investimento proporcionadas pelo Portugal 20/20 e mais recentemente pelo PRR. Afirmou que, a situação resultava do facto de ainda estarem a receber as últimas participações das despesas já efetuadas, já paga pelo Município, no âmbito dos projetos cofinanciados por fundos europeus, nomeadamente os cinco por cento finais que só eram disponibilizados após a elaboração ou a validação do relatório final de execução daqueles mesmo projetos. Acrescia referir que, todos sabiam que os projetos de investimento executados nos últimos dois anos pelos municípios, foram afetados por uma conjuntura internacional caracterizada pelo aumento generalizado dos preços, por um contexto inflacionista que fez com que o custo final das empreitadas fosse relativamente mais elevado, do que fora inicialmente estimado em sede de elaboração, submissão e aprovação das respetivas candidaturas às diversas linhas de cofinanciamento europeu. Assim, tinha sido necessário acomodar aqueles impactos no orçamento e plano dos municípios, que colocou uma porção adicional sobre a tesouraria municipal. Tal como já tinha sucedido no passado, em 2018 e 2019, mas precisamente quando foi necessário efetuar um esforço adicional para efetuar os investimentos

necessários para a reposição das infraestruturas afetadas pelos incêndios, também iam eliminar os pagamentos em atraso. Importava ainda referir que, apesar da pressão já referida o Município de Mira terminou o exercício de 2023 com quatro milhões e trezentos mil euros de despesa de investimento paga, completamente paga. Se analisassem os três últimos anos, 21 a 2023, verificavam em termos acumulados tinham sido pagos, aproximadamente, treze milhões de euros de despesa de investimento. Em suma, ficava claramente demonstrado que o que estavam a fazer era apostar em investimento público, nomeadamente num conjunto de obras que a algum tempo se encontravam adiadas e que era um bom exemplo, o espaço onde estavam. Pediu autorização ao Sr. Presidente da assembleia para que a Dra. Carmen fosse responder a algumas questões do foro jurídico. -----

---- **Interveio a Dra. Carmen Santos**, explicou que a questão colocada pelo presidente da Junta de freguesia da Praia, aquele relatório na parte que dizia respeito à DAF, ia também ao encontro do que a Assembleia tinha vindo a pedir, para haver mais simplificação no relatório e haver gráficos, e haver tabelas. Naquele sentido podiam informar que, aquelas participações ao Ministério Público, eram referentes a crimes de desobediência no âmbito da prática de obras ilegais. Era ordenado às pessoas que não praticassem obras ilegais, eram embargadas e as pessoas continuavam a construir, nesse contexto o Município tinha a obrigação legal de participar ao Ministério Público. Relativamente aos processos judiciais em curso, que também tinham questionado, eram naquele momento catorze, e estavam disponíveis para consulta para qualquer membro da assembleia que pretendesse consultar, tinha direito a fazê-lo. Relativamente aos processos de contraordenação, também eram os processos normais que ocorriam no contexto daquela atividade, e relativamente aos processos de responsabilidade civil extracontratual, aproveitava também para informar que eram processos que derivavam de acidentes nas vias, buracos situações que ocorriam e que as pessoas iam solicitar ao Município o pagamento de uma

indeminização, que, depois de analisado, o processo era enviado para a seguradora.-----

---- **Interveio o Presidente da Câmara** que referiu que o Sr. Presidente da Junta da Praia de Mira tinha questionado porque é que o Parque de Campismo estava encerrado, e tinha acabado por responder também. Afirmou que estava encerrado porque tinham obras para fazer, e estavam a proceder àquelas obras, se dizia que não, ok dizia que não. Eram obras de requalificação que tinham que ser feitas, e manutenção. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o deputado Augusto Miranda** que agradeceu ter voltado, referiu que anteriormente queria respeitar o regimento, e por isso no período antes da ordem do dia só podia fazer uma intervenção, por isso tinha aguardado e tinha tempo para fazer aquilo. Já tinham tido vários momentos para reunir e discutir o regimento, ele regia-se pelo regimento em vigor. Relativamente aos achados arqueológicos, queria dar a conhecer que os achados arqueológicos de Mira estavam completamente a saque. Mostrou um anúncio das redes sociais que vendia pregos da idade do bronze, a sessenta euros cada, que tinham sido recolhidos arqueologicamente em Mira. Aquele anúncio já era de conhecimento das autoridades judiciais e arqueológicas, voltava a apelar à autarquia para levar aquela questão muito a sério, pelo que sabia os sítios arqueológicos de Mira estavam a ser saqueados, por piratas portugueses e mesmo estrangeiros. Relativamente à passagem de ano, afirmou ter tido conhecimento da troca de emails entre um empresário, que era seu militante, e que se sentia lesado pela não atribuição de um lugar e recorreu às instâncias judiciais, era um facto. Mas, o que causava mais estranheza naquela situação, era a defesa dos concursos ser feita por um advogado em nome da Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros, questionava quem é que tinha organizado o concurso, se tinha

sido a presidente da associação humanitária dos bombeiros, ou se tinham sido os bombeiros. Relativamente à ETAR das Cochadas, o que queria dizer era que, numa reunião de pré-campanha com o Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, existia a intenção do Município de Cantanhede, como sabiam a ETAR das Cochadas era uma ETAR de terceira geração, em que água depois de tratada era colocada nos recursos hídricos, existia intenção do Município de Cantanhede fazer a recolha daquela água para sua posterior utilização, em termos agrícolas na zona das Cochadas, Catarinões, Caniceira. Voltava a apelar ao Município para estar atento, porque novamente Cantanhede já estava um bocadinho mais avançado. Podia elencar ali mais algumas coisas relativamente aquela situação, mas ficava por ali. -----

---- **Intervenção da deputada Lurdes Mesquita**, referiu que aquele era o tempo e o lugar para debaterem alguns assuntos, e porque também já era previsível a narrativa de alguns elementos do Partido Socialista acerca do relatório, nomeadamente, referente às contas, também ali queriam deixar registado a sua visão acerca do mesmo documento. Relativamente à boa ou má gestão das finanças municipais, muito haveria a dizer. Se naquele momento, de forma transitória existia uma maior pressão de tesouraria que se traduzia num ligeiro aumento do prazo médio de pagamentos, importava, no entanto, perceber que aquela situação resultava de estarem no culminar de um período de forte investimento público, efetuado pelo Município de Mira. Num curto espaço de tempo, tinha sido possível executar um conjunto de obras que se arrastavam há décadas, com claro prejuízo dos Mirenses. Estavam a falar, por exemplo, das obras de requalificação da Escola Secundária Dra. Maria Cândida, ampliação da área empresarial do Montalvo e do Polo I, da reabilitação e reconversão da estrutura abandonada, que tinha passado a ser um moderno espaço cultural ao serviço das populações, o ÀTRIUM, requalificação e revitalização dos Viveiros da Praia de Mira, reabilitação do Mercado da Praia de Mira, requalificação do parque de estacionamento do Lago do Mar e da obra da Rua Óscar Moreira da

Silva, entre muitos outros que podia estar ali a elencar. Sim, tinham sido ambiciosos e audazes. Sim, fizeram uma aposta estratégica em não desperdiçar qualquer oportunidade na obtenção de fundos comunitários, que lhes permitissem alavancar a sua capacidade de realização de investimento público. Sim, apostaram fortemente na melhoria da qualidade de vida das suas populações. Sim, desde 2021 tinham efetuado e pago investimentos num valor de treze milhões de euros, e iam continuar. Como bem sabiam, tinham já em marcha um novo e ambicioso plano de investimento que, entre outros, incluiria a construção de habitações a custos controlados, mais de dez milhões de euros, a beneficiação do Centro de Saúde em Mira, mais dois milhões de euros, a ampliação da Escola Secundária Dra. Maria Cândida, a remodelação da Escola Básica de Mira, num total de onze milhões de euros e a grande requalificação da barrinha de Mira. Disse que gostaria de apelar à memória dos presentes, porque quando o PS ia falar da boa gestão dos dinheiros públicos, com certeza que se estava a esquecer de, como por exemplo, deixou a AIBAP. Todos se recordavam que quando o PSD chegou ao Município em 2013, encontrou uma situação calamitosa da AIBAP. Crédito em mora, que inclusivamente já tinha sido reportado ao banco de Portugal, dívidas mais que muitas, bem mais de dois milhões de euros e a instituição num processo de insolvência. Se não fosse a rápida atuação do novo executivo, nomeadamente na negociação com os credores, aquele edifício muito provavelmente já não seria propriedade do Município de Mira, pois tinha sido vendido em Hasta pública, no âmbito de processo de insolvência. Foi o PSD que salvou a AIBAP e o seu património, que era público, que era de todos. Também não se esqueciam que foi no mandato do Partido Socialista, nomeadamente em 2009, que o Município recorreu ao programa de regularização extraordinária de dívidas. Programa criado justamente para reforçar a garantia de pagamento aos credores privados, das dívidas vencidas do serviço do Estado, nomeadamente, dos Municípios. Em 2009, o Município teve que recorrer ao crédito para pagar dívidas já vencidas.

Mesmo depois de em 2009 recorrerem àquela prerrogativa, em 2012, portanto no decurso ainda da gestão socialista, o Município chegou a ter pagamentos em atraso superiores a dois milhões de euros. Era um período em que o prazo médio de pagamento a fornecedores era de cento e setenta e nove dias, ou seja, meio ano. Poderiam dar muitos mais exemplos, mas achavam que podia ser até fastidioso. Em suma, como os resultados bem o demonstravam, o caminho percorrido até ali tinha sido bastante ambicioso, mas traduziu-se, indiscutivelmente, na melhoria das condições de vida de quem escolhia o Município de Mira para viver ou trabalhar. Continuariam focados no que verdadeiramente os motivava, servir as populações e trabalhar em prol de um concelho cada vez mais forte, dinâmico atrativo e resiliente. -----

---- **Interveio o Sr. Francisco Reigota**, referiu que aqueles dez primeiros segundos não deveriam contar porque ia dizer uma única frase que era, “não lhe respondiam às perguntas”, nem sequer devia contar porque não deviam gastar tempo, em algo que não devia acontecer. Não lhe tinham respondido ao mercado da Praia, não lhe tinham respondido à habitação, não lhe tinham respondido ao plano pormenor, não lhe tinham respondido à Videira, etc... Continuou indo diretamente à questão, claro que a bancada do PSD, os seus elementos e o executivo, faziam a sua própria defesa mas seria simples comparar então, em termos históricos, o que era o concelho de Mira, o que iria ser no final de 2025, os trinta e três anos de história do PSD em Mira e o que foram os dezasseis anos de história do PS em Mira. Os seis presidentes de câmara que o PSD tinha tido até aquele dia, e um presidente de câmara do PS tinha tido até aquele dia. Era fácil fazer a comparação, era fácil ver o número de obras, era fácil ver os investimentos, era fácil ver o dinamismo do concelho e era fácil terem à-vontade para ter aquela discussão, mas certamente não era em trinta segundos que iam fazer. De qualquer forma, tinha a lembrar algo muito simples, era relativamente à questão da situação económica, estava dito, estava em ata, estava gravado, pelo Ex. Presidente de Câmara Raul Almeida, que tinha herdado

uma situação financeira bastante estável e bastante saudável, saudando o executivo do PS naquela altura. Também compreendia depois quando a líder da bancada do PSD falava em memória, depois faltava-lhe a memória porque, de repente disse ser mais de dois milhões de euros em dívida, o Sr. Presidente falava em três milhões, e muito havia ali, certamente para debruçar sobre aquela questão. Relativamente ainda aos valores apresentados que falaram nos compromissos para pagar, compararam os de 2021 a 2024, já nessa altura a política assumida pelo Município era a mesma. Não estiveram a fazer comparação em tabelas que eram feitas com regras diferentes, fizeram a comparação com tabelas que eram feitas igualmente. O que era certo, era que naquele momento a situação económica e financeira do Município estava pior, estava mais degrada e o concelho de Mira, infelizmente, não tinha mesmo o total dinamismo que era apregoado, e bastava olhar para a frente da Câmara Municipal de Mira e ver a falta de qualidade que tinha, nem sequer naquele momento conseguiam dar manutenção aos próprios equipamentos da Câmara Municipal. Dirigiu-se à Dra. Carmen, agradeceu a sua explicação, mas o PS não tinha pedido nenhuma simplificação de forma a retirar assuntos de relevância, nomeadamente a questão dos processos judiciais, se tinham interpretado assim, pedia para que no próximo relatório fosse colocado o contencioso. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Intervio o sr. Presidente da Camara**, relativamente às descargas da ETAR das Cochadas não irem para os recursos hídricos, era o que faltava, queria dizer, andaram tanto tempo a aguardar para o tratamento ser feito daquela maneira, e que uma água que podia servir para lavagens, para regas, para aumentar os caudais e fazer correr a água corrente dos lagos, que era o que precisavam para limpar, era o que faltava, não irem lá parar. Relativamente ao Presidente

Francisco Reigota, talvez a deputada Lurdes Mesquita não tivesses os dados concretos, na gestão socialista do Município em janeiro de 2012 eram, pagamentos em atraso três milhões cinquenta mil cento e quatro euros e quinze cêntimos, se quisesse que apontasse. -----

---- **Interveio o Sr. deputado Augusto Miranda** que referiu que, relativamente aos terrenos agrícolas de Catarinões e daquela zona das Cochadas, a informação que tinha do Executivo Municipal de Cantanhede era que existia um projeto de pequenas unidades, não sabia se quinze ou vinte e cinco hectares, iam captar água para que nos quatro ou cinco meses de Verão usassem para regas. Pensava serem terrenos afetos à área florestal, achava que era um projeto bastante ambicioso. -----

----- VOTAÇÃO-----

----- Ponto dois, foi: Tomado Conhecimento. -----

-PONTO TRÊS: Apreciação e votação da 1ª alteração ao Mapa Pessoal para 2024, nos termos da alínea o) do artigo 25º do anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 setembro, na atual redação. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Presidente da Câmara** que esclareceu que os serviços previam anualmente um mapa de pessoal, como estavam no início do ano, tratava-se de um quadro em que tinham que prever as faltas, as reformas que eram atingidas pela idade e as substituições que tinham e deviam ser efetuadas, para o bom funcionamento dos serviços. Aquilo fazia parte do planeamento e da gestão estratégica dos recursos humanos, que eram a mais valia de qualquer Município, porque sem eles os trabalhos não podiam avançar de maneira nenhuma. Portanto, era a pensar no serviço público e de acordo com os critérios de racionalização e transversalidade, que tinham pensado naquela parte, para poderem avançar com a contratação das pessoas. Os trabalhadores eram os principais recursos para o Município concretizar a estratégia que tinha, e,

portanto, concretizar os objetivos. Tinha ido a reunião de câmara e tinha que ser levado a assembleia municipal. Para garantir que todas as tarefas eram realizadas nas várias seções, nas várias divisões, tinham necessidade de assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos superiores e, portanto, o quadro que se apresentava e que existia alguma dificuldade, ao que parecia, em visualizar, tinha um global daquelas pessoas todas. Por isso, ia ter a necessidade de elencar exaustivamente os postos todos que estavam em causa. Nos últimos quatro anos o Município tinha recebido cerca de vinte competências, e naquelas competências tinham recebido infinito trabalho, para o realizar tinham que fazer àquelas atualizações. Eram impactantes e na sua perspetiva a complexidade e a dimensão que atingia, tinham que fazer àquelas contratações do pessoal que ali estava. Tinha assumidas transferências na segurança contra incêndios em edifícios, nas praias marítimas ou fluviais e lacustres, o turismo, vias de comunicação, justiça, fundos europeus e de capitação de investimento, associações de bombeiros, estruturas de atendimento ao cidadão, habitação, património imobiliário público sem utilização, estacionamento público, ações de arborização e de re-arborização, proteção e saúde animal, educação, cultura, saúde, policiamento de proximidades, proteção civil, transportes em vias navegáveis interiores, áreas portuário- marítimas, áreas protegidas, ação social, e ultimamente as competências dos municípios para as freguesias. Aquilo juntamente com alguns postos de trabalho que estavam por tempo determinado, que acabavam os seus contratos, e pelas previsões que tinham do pessoal que atingia a idade da reforma, que não se iam obrigatoriamente reformar, mas que atingiam a idade, tinham que se basear apenas e só naquilo, tinham necessidade de incluir àquelas pessoas. Eram vinte e seis assistentes operacionais, dezoito técnicos superiores, sete assistentes técnicos num total de cinquenta e uma pessoas. Prosseguiu fazendo a explanação do mapa previsto com a característica que correspondia a cada posto de trabalho. Três postos de trabalho de técnico superior em regime contrato de trabalho por tempo

indeterminado e a termo resolutivo para a DAF, Divisão Administrativa e Financeira, Dois postos de trabalhos para sistemas de tecnologias da informação, portanto para a informática, um posto de trabalho para um assistente técnico na área de trabalho de assistente administrativo em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a Unidade de Contabilidade e Aprovisionamento, um contrato de trabalho de assistente técnico na área de atividade de assistente administrativo em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado na DAF, secção dos RH, um contrato de trabalho de fiscal da especialidade de Fiscalização em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado na DAF, no serviço de Taxas, dois postos de trabalho de técnico superior nas áreas de engenharia eletrotécnica e engenharia mecânica, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado e a termo resolutivo para a DOM, Divisão de Obras Municipais, um posto de trabalho para o posto de tratorista em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado na Unidade Orgânica de Armazenamento, Parque Máquinas, Viaturas e Oficinas, um posto de trabalho de técnico superior na área do desporto em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a Unidade de Desporto e Juventude, dois postos de trabalho de assistente técnico na área de trabalho de assistente administrativo em regime de contrato de trabalho por termo resolutivo, resolutivo porque era temporário, para a Unidade de Desporto e Juventude, um posto de trabalho de técnico superior para em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a Unidade de Turismo e Eventos, dois postos de trabalho por tempo indeterminado para auxiliar de serviços gerais para a Unidade de Turismo e Eventos, um posto de trabalho de técnico superior na área de atividade de ação social em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado na Seção de Educação, Ensino e Ação Social, cinco postos de trabalho de técnico superior da área de ação social e psicologia em regime de contrato de trabalho por termo resolutivo, dois postos de trabalho de assistente técnico na área de trabalho de assistente administrativo em regime de contrato

de trabalho a termo resolutivo para a Seção de Educação e Ação Social, doze postos de trabalho de assistente operacional, na área de auxiliar de serviços gerais em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado na Seção de Educação Ensino e Ação Social, dois postos de trabalho de técnico superior para a atividade de planeamento e proteção civil, contrato de trabalho a termo resolutivo, três postos de trabalho de assistente operacional na área de jardineiro, três postos de trabalho de assistente operacional de auxiliar de serviços gerais, três postos de trabalho na área de assistente operacional na área de cantoneiro, um posto de trabalho na área de assistente operacional na área de coveiro, um posto trabalho na área de engenharia civil, um posto de trabalho de assistente técnico na área de assistente administrativo para a seção de Obras Particulares e Loteamento. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- **Interveio a deputada Maria José**, relativamente aquele ponto, a bancada do PS percebia que o mapa de pessoal era um instrumento dinâmico e efetivamente ao serviço das necessidades do executivo. O que não percebia era o motivo pelo qual passados apenas dois meses daquele mesmo mapa, que necessidade urgente tinha acontecido para levar a cabo a criação de cinquenta e um novos postos de trabalho. Sabiam que o Município tinha sido alvo de transferências nos últimos quatro anos, mas ainda assim, questionou quais eram os argumentos que tinham para dar àquela assembleia, quais tinham sido os problemas diagnosticados nos últimos meses, que tinham sido assim tão urgentes. Não seriam os do interesse público, a eles parecia que seria mais de interesse pessoal. Gostariam ainda de dizer e de salientar que, daqueles cinquenta e um lugares, trinta e quatro correspondiam a contratos por tempo indeterminado. Ainda realçar a discrepância de critérios utilizados na criação daqueles novos postos, era evidente que a primazia dada à área de técnicos superiores, ainda

que as áreas de maiores necessidades fossem a manutenção de espaços verdes e dos arranjos. Por fim não menos importante, gostariam ainda de ser esclarecidos acerca dos verdadeiros motivos, ultimamente os concursos levados a cabo por aquele executivo, serem sucessivamente anulados como tinha sido o caso do concurso para técnico de ação social e ainda também o concurso para motorista de pesados, cujo o aviso de abertura foi feito em julho de 2023. Primeiro, tinha havido uma lista de ordenação final em 27 de dezembro de 2023 com dois candidatos admitidos, em primeiro lugar Luis Moitinho e em segundo lugar Alexandre Santos. Depois a 17 de janeiro de 2024, tinham uma alteração da lista daquela mesmo ordenação final em que, o candidato que tinha ficado em primeiro lugar tinha sido excluído por não cumprir os requisitos mínimos obrigatórios, e o candidato que se encontrava em segundo lugar passava a ser o único candidato admitido. Questionavam, se o candidato não cumpria os requisitos mínimos, não devia ter sido logo excluído na fase de análise das candidaturas e dos documentos obrigatórios como era feito em todos os outros concursos.-----

---- **Interveio o deputado Mauro Seïça**, dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que, depois de o ter questionado na última assembleia sobre o mapa de pessoal, questões às quais não respondeu, voltavam a questionar em que estudo é que o executivo se tinha baseado para dotar o Município de mais cento e catorze funcionários, ou naqueles cinquenta e um que se encontravam naquela proposta. Questionou se sabia naquele dia, porque na última assembleia não sabia, quais as características e que quantidade de funcionários existia. Se não existia nenhum estudo que demonstrasse aquela necessidade, ficavam com a real noção do que se tratava, voltavam a referir, num Município tão pequeno e tão endividado com tantas dificuldades, seguindo aquele caminho, caminhavam para o abismo. Para finalizar, pediu para que dissesse de uma vez por todas o que pretendia aquele executivo fazer em matéria de recursos humanos, que pareciam andar ao sabor do vento. Não queriam que os remetessem para

consultar os serviços, pois a assembleia fiscalizava o executivo e era por aquele canal que deviam receber as respostas, pois era prática comum daquele executivo remetê-los para os serviços, excluindo-se de responder à bancada. --

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que tinham que canalizar a contratação das pessoas para um prazo alargado. Tinham sido acusados, outras vezes de não planearem de ser incompetentes e não saberem o que estavam lá a fazer. Apresentavam um mapa de pessoal onde estavam a colmatar, não só as falhas e as necessidades que tinham para 2024, mas também já a prever o que seria o futuro. As pessoas que iriam atingir a idade da reforma, em 2024 e 2025 e 2026, eventualmente para colmatar as falhas na contratação por tempo indeterminado, as pessoas fariam parte em definitivo do mapa de pessoal, portanto estavam a salvaguardar, não só as necessidades que tinham para colmatar naquele momento, mas também a acautelar o futuro. Teriam sempre que salvaguardar que havia pessoas que ficavam de baixa, infelizmente que faleciam, tinham contratos a termo, em que as pessoas chegavam aquele prazo terminavam o contrato e eram vínculos precários que precisavam de ser regularizados, tinham necessidade das pessoas regularmente, não podiam estar constantemente a fazer contratos a termo. Tinha sido a pensar naquilo tudo que resolveram fazer a atualização do mapa. Aquele mapa de pessoal, em termos de comparação, em 2009 tinham no Município 256 funcionários e em 2023, no final do ano passado tinham duzentos e quarenta e um. Menos quinze, com as pessoas todas que se tinham reformado, com as pessoas que tinham falecido, e com as transferências de competências que tinham assumido desde lá até ali. Portanto, não lhes parecia descabido que aquela atualização do mapa estivesse naqueles postos de trabalho, naqueles

específicos que ali tinha enunciado. Na realidade a maior quantidade era nos assistentes operacionais, eram eles que faziam o trabalho manual e com alguns mecanismos que precisavam com mais quantidade. Portanto, era naquele pessoal que estavam a apostar para garantir que as tarefas seriam feitas. Devia ainda dizer que, mesmo que estivessem previstos os lugares no mapa de pessoal não queria dizer que todas as vagas fossem ocupadas. Apenas estavam a salvaguardar e a prever que, no caso de necessidade poderiam contratar àquelas pessoas, mas não queria dizer que fosse para preencher aqueles lugares todos que lá estavam. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- **Interveio o Deputado Francisco Reigota** referiu que registou que as perguntas colocadas pelos seus dois colegas, não tinham sido respondidas. Relativamente àquela análise, tinham-lhes dito que não podiam tirar aquele ponto da ordem de trabalhos, porque o Município corria o risco de entrar em colapso em alguns setores, porque não estavam salvaguardadas as pessoas suficientes nesses mesmos setores, e que era urgentíssimo aquela aprovação do mapa de pessoal para que os setores funcionassem. Questionou de forma direta quais eram as áreas, que caso aquele mapa não fosse aprovado naquele dia, entravam em colapso e que o Município não tinha acuteladas. Relativamente à explicação do Sr. Presidente, efetivamente constatava o óbvio do que tinha sido dito, o Sr. Presidente disse que já tinham sido apelidados de serem incompetentes e naquela matéria em concreto do mapa de pessoal, foram apelidados em dezembro, na reunião de dezembro, que o mapa de pessoal que era apresentado ficava muito a desejar e que não apresentavam nenhum estudo que sustentasse para os próximos anos do município, o porquê de estarem a apresentar mais de cem postos de trabalho. Recordava que em dezembro, há dois meses atrás, tinha sido aprovado um mapa de pessoal com

maioria do PSD, com mais de cem postos de trabalho e que, naquela mesma altura, tinha sido dito por eles que não havia um estudo que sustentasse aquilo, e os argumentos que tinham apresentado, tinham sido exatamente os mesmos de dezembro. Que tinham as transferências de competências e que haviam pessoas que se iam reformar. Eram exatamente os mesmos argumentos apresentados naquele dia, para incluir mais cinquenta e um postos de trabalho. Estavam a falar de mais de cento e cinquenta pessoas, quando anteriormente no relatório de atividades tinham constatado uma coisa muito simples, já estava comprometido e era comprometido no início do ano, era assim que se fazia, mais de seis milhões de gastos com pessoal, embora o orçamento previsse sete milhões de euros. Se num município como aquele, se já estavam seis milhões de gastos com pessoal, sem estarem a fazer uma análise mais detalhada a póc's e outras situações que não entravam claramente naquelas rubricas de gastos com pessoal, e ainda estavam tão deficitários que necessitavam de contratar tantas pessoas, o que é que tinha acontecido ao Município naqueles anos, o que tinha acontecido durante dez anos, questionou se a gestão tinha sido assim tão milagrosa que anteriormente a bancada do PSD, explicava que estavam na senda do sucesso e do desenvolvimento ,quando afinal de contas estavam prestes a atingir o colapso com pessoal, que era a questão mais fundamental daquele Município, não conseguiam compreender como tinham chegado àquele ponto. E não conseguiam compreender o que é que sustentava aquela inclusão de pessoas. Gostariam de ser esclarecidos de forma detalhada pelo Sr. Presidente o que é que sustentava, lugar a lugar, aquela escolha. Questionou porque é que estavam aqueles postos de trabalho e não estavam outros, porque é que há quatro meses atrás só precisavam de um técnico de ação social, já se tinham aberto dois concursos com um único técnico, e naquele mapa apareciam cinco técnicos superiores, o que é que tinha mudado. Sinceramente, usou uma frase que era de estarem a acautelar o futuro, compreendia aquela frase, compreendia o que é que ela queria dizer, mas só na vertente política, podiam

estar a acautelar um futuro, mas sinceramente não era o melhor futuro que o Município precisava, nem era de forma detalhada o que os recursos humanos daquela casa precisavam. Os recursos humanos precisavam de ser valorizados, quem trabalhava naquela casa diariamente necessitava de ser valorizado, e precisavam efetivamente de contratar, mas de contratar com critérios, não com critério que tinham estado a apresentar-lhes. Deu como exemplo o Município de Vagos, que ficava naquela altura com onze funcionários por cada mil pessoas, o Município de Mira com aquela situação ficava rapidamente com vinte e cinco funcionários por cada mil, com mais do dobro e, não sabia porque, continuavam a fazer menos, continuavam a fazer pior e as localidades estavam piores. Era a sua opinião, afirmava e dava factos concretos. Bastava ir a todos os largos das suas localidades, não conseguiam ter um banco de jardim com as tábuas no sítio, era a coisa mais básica que existia, não conseguiam ter as ervas cortadas em frente à Câmara Municipal, não conseguiam ter o edifício da Câmara Municipal sequer, pintado que era o símbolo maior do poder local e que naquele momento estava com um aspeto de degradação, e continuava a não ter uma requalificação condigna, para dar valorização aos seus recursos humanos. Questionou porque é que não se fazia uma transformação séria no edifício do Município. Continuavam a adiar os investimentos prioritários em detrimento de favores, porque não era mais do que acontecia ali. Sinceramente, continuavam a não perceber a maioria das explicações que continuavam ali a ser dadas, bem embora ele não tenha tido possibilidade de analisar o mapa de pessoal de forma detalhada, porque efetivamente não conseguia abrir os documentos, já na última assembleia tinha acontecido o mesmo, antes da assembleia tinham enviado um mapa e tinha-lhes sido disponibilizado um mapa em cima da hora. O que pediam era que aqueles mapas fossem enviados a tempo e horas, mas que fossem enviados com capacidade para eles também os poderem ler, porque gostariam de estar ali a fazer uma análise mais detalhada. Mas sinceramente, a explicação do Sr. Presidente tinha deixado muito a desejar, e o Sr. Presidente ainda tinha

trinta e um minutos para lhes dizer qual tinha sido o estudo que sustentou àquelas escolhas e quais eram as áreas concretas que estavam quase a entrar em colapso, que aquilo tenha que se avançar de forma tão rápida, e porque passados dois meses aquilo estar a acontecer. Tinham trazido um mapa de pessoal com mais cem pessoas, e naquele dia estavam a trazer mais cinquenta e uma. -----

---- **Interveio o deputado Augusto Miranda**, declarou que antes de começar a sua intervenção gostava de ser esclarecido que não tinha percebido. Questionou o senhor presidente se há dez anos atrás tinham menos funcionários do que tinham naquele momento, ou o contrário, ao que o Sr. Presidente respondeu que tinham mais quinze. Continuou o deputado Augusto, referiu que a sua questão se prendia com as atividades extracurriculares, a nível de professores das AEC's e o Francisco tinha dado o exemplo, no Município de Vagos aqueles professores eram contratados pela autarquia, pelo menos era a informação que tinha, não sabia se era válida ou não. Questionou se não seria possível ter aquele procedimento, contratar professores, estavam a falar de dois ou três postos de trabalho incluídos ali que, se calhar, resolvia o problema porque naquele ano estavam novamente com problemas nas atividades extracurriculares, com a contratação de professores, o que causava um enorme transtorno no funcionamento das escolas do primeiro ciclo. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

--- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, informou que a área que mais os preocupava era a ação social. Tinham aparecido pessoas que, apareciam de todos os lados, tinham tido muita emigração, tinham tido casos que surgiam no Centro de Saúde, tinham tido casos apareciam a pedir ajuda e portanto, na parte da ação social tinham que garantir a assistência às pessoas que chegavam.

Muitas vezes não pediam ajuda por vergonha, muitas vezes as situações até eram relatadas por terceiros, muitas vezes não falavam português e, portanto, tinham umas situações preocupantes que tinham que resolver. Algumas das referências das coisas que ali tinham sido ditas, tinha a ver com tempo resolutivo, nomeadamente a parte do Radar Social, nomeadamente o CLDS, portanto estavam a falar ali de técnicos superiores que, a termo resolutivo estavam cabimentados naquele mapa, mas evidentemente não faziam parte dos quadros dali a três anos, que normalmente eram programas temporários. Mas voltava a dizer aquilo que tinha dito anteriormente, todas as vagas que foram previstas e que estavam ali escritas, não significava que viessem a ser ocupadas. Era uma previsão, era um planeamento que tinham feito a todos os níveis, assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores naquelas áreas, que consideravam que tinham necessidade de dar resposta cabal aos problemas e aos trabalhos que apareciam. Disse querer referir uma coisa que não tinha referido anteriormente, quando tinha sido falado a questão de um concurso em específico. O Presidente da Câmara não se podia meter naquelas tarefas, não podia nem queria, e não se metia. Tinha um júri que elaborava as questões, que faziam as entrevistas e era ao júri que cabia avaliar e dar os resultados daquilo que lá se passava em cada concurso especificamente. Aquela questão que o presidente Francisco Reigota ali tinha levantado, a dizer que a elaboração daquele mapa era para fazer favores, pagar favores. Gostava que fosse ao microfone explicar o que queria dizer com aquilo. Era uma acusação muito grave que estava a fazer ao executivo municipal, não sabia em que é que estava a pensar quando dizia aquilo e pedia-lhe que, se o Sr. Presidente da Assembleia deixasse, que fosse ali ao microfone explicar o que queria dizer com aquilo. Relativamente ao deputado Augusto Miranda, nas AEC's o que se passava ali era igual ao que se passava em Vagos, contratavam os professores, mas obviamente não ficavam os problemas todos resolvidos através daquele sistema, e tinham sempre necessidade de recorrer a prestações de serviço para colmatar

as falhas existentes. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho** que referiu que o Sr. Presidente tinha elencado que a ação social, tratava-se ali, e bem, de um setor de enorme importância no concelho, questionava que, era melhor fazer aquela demonstração nos relatórios de atividades, no relatório de atividades do mês de dezembro tiveram dezassete atendimentos e naquele tiveram vinte e cinco, os atendimentos não lhe pareciam assim tão vinculativos, ou então não se estava ali a ter em consideração os atendimentos que estavam a ser feitos. Relativamente a análise para se perceber melhor o porquê daquela necessidade de abrir aquelas cinquenta e uma vagas, gostariam de ter acesso àquele mesmo relatório àquela mesma análise, para perceberem o porquê daquela necessidade. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita**, declarou que estava a tentar não intervir, sinceramente, só podia falar de uma área que conhecia bem que era a educação, e dizer que num Jardim de Infância, por exemplo da Lentisqueira, tinha um grupo em que o jardim tinha de rácio por lei, uma funcionária, a Praia de Mira, pré-escolar tinha por rácio três funcionárias, três grupos, três funcionárias. No entanto na Praia de Mira estavam seis funcionárias, e na Lentisqueira estavam três, o que queria dizer que no concelho de Mira tinham mais funcionárias na educação, do que seria suposto, o que não acontecia nos concelhos vizinhos. No concelho de Mira, a escolas a tempo inteiro e com recursos da autarquia já tinha começado antes de 2009, talvez em 2000, naquela altura tinha sido o Presidente Socialista que tinha sido pioneiro, não estava ali só para criticar, tinha que dizer claramente que um Presidente Socialista tinha sido pioneiro na Escola a tempo inteiro e dotou as escolas com recursos. Solicitou que lhe explicassem, aquilo não era qualidade que tinham com uma

funcionaria ou três. Nos outros concelhos, claro que também existiam prolongamentos, mas eram assegurados pelas IPSS. Aquele tinha sido um modelo que tinha sido defendido há muitos anos atrás, tinha mostrado resultados e tinha ajudado muito as famílias em Mira. Às vezes os números eram o que eram, tinham mais do que era suposto, mas era para o bem da população. Tinha feito um apontamento acerca daquele assunto, aproveitava e ia lê-lo. Queria registar a forma de apresentação daquele documento, de muito melhor leitura e mais esclarecedora, referia-se ao que tinha consigo. O mapa de pessoal tinha que se adaptar e dar respostas as necessidades atuais dos munícipes, e da sociedade em geral. Era tempo de abandonar velhos dogmas e reconhecer que o município, também por força de transferência de competências, tinha que dar respostas que antes eram dados pelo estado central. Naquelas transferências de competências, por norma, havia um défice monetário daquilo que realmente era necessário. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, referiu que o Sr. Presidente era muito eficaz a lançar desafios, mas pouco eficaz nas suas explicações. Então, de uma forma mais devagar e lenta, para ver se conseguia registar as suas perguntas, era muito simples, questionou o que é que tinha mudado de dezembro para fevereiro, o que é que tinha mudado para haver aquela alteração assim tão significativa. Continuava a não responder qual era a área que entrava em colapso, a única área que tinha referido era a ação social, questionou se a ação social ia entrar em colapso se não tivesse aquela alteração ao mapa de pessoal. Se aquilo tinha acontecido era o maior sinónimo da maior incompetência de todas. Tinham aprovado um mapa de pessoal em dezembro, e tinham que ir a correr em fevereiro fazer uma alteração porque senão entrava o serviço de ação social em colapso. Aquilo era uma catástrofe. Relativamente a todas as vagas que ali estavam previstas, dizia que não queria dizer que fossem ocupadas, o Sr. Presidente tinha é que dizer o que é que tinha sustentado aquele mapa de pessoal, qual era a sua visão, ou podia dizer que

não tinha visão, pegava em várias áreas que achasse que pontualmente poderiam ser interessantes e colocava-as no mapa de pessoal, também era uma forma de se fazer. De uma forma mais séria, podia haver uma estratégia definida para o mapa de pessoal e podiam-na explicar, o problema é que naquele momento estava a ver incapacidade de explicar aquela estratégia. Voltava a deixar a pergunta, o que é que tinha mudado de dezembro para fevereiro e qual era a estratégia, ou o documento, a análise que tinham feito que podia fundamentar aqueles postos de trabalho. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente**, tinha referido anteriormente o sistema que tinham usado para chegar àquele número de pessoas, que eram necessárias nos vários postos de trabalho, assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores. Que não tivessem a melhor visualização do mapa, concordava e já tinha pedido desculpa e voltava a pedir, iam tentar evitar que da próxima vez tivesse um formato, que ao ampliar desse para ler, mas, aquele mapa que não conseguiam ver com precisão, era da página quatro até aí final do documento, aquele mapa tinha os números ocupados, os números a ocupar e os números previstos a ocupar. Quando conseguissem visualizar o mapa convenientemente, talvez tivessem outra visão daquilo. Nas páginas anteriores, que era a explicação por escrito dos cargos e dos postos, conseguiam ver bem porque era texto. Pegou num exemplo, dois postos de trabalho, assistente técnico na área de assistente administrativo com contrato de trabalho a tempo resolutivo na DECD, na Unidade de Desporto e Juventude. Os lugares estavam todos elencados e descritos para o que era, e o que iam fazer e qual era a sua categoria. O termo resolutivo, como já tinha dito era porque era temporário, por

tempo indeterminado queria dizer que iam para o quadro. Foi baseado nas pessoas que tinham falecido, baseado nas pessoas que atingiam a idade da reforma, baseado nas transferências de competências que tinham assumido, nas mobilidades internas, contratos a termo, era baseado naquilo que tinham chegado à conclusão que precisavam daquele número de pessoas naqueles locais. Não tinham feito nenhum estudo, não tinham contratado ninguém externo para fazer aquilo, tinha sido baseado nos seus serviços, nas suas necessidades. Anteriormente não tinha referido a área da educação, a professora Lurdes tinha referidos a área da educação e na necessidade que tinham de colmatar, ocupar os lugares existentes naquela parte, tinham necessidade absoluta de assistente operacional, na categoria de cozeiro por causa dos problemas que tinham tido. Assim como o Sr. Presidente Francisco Reigota tinha falado pausadamente, também estava a tentar responder pausadamente aquilo que tinha perguntado, também podia pausadamente, deslocar-se ao microfone e explicar o que queria dizer com “pagar favores”.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, mencionou que o Sr. Presidente de uma vez por todas, teria que pensar numa coisa para o resto do seu mandato, no exercício das suas funções o Sr. tinha liberdade e legitimidade para responder da forma como queria, tal como todos os eleitos que ali estavam. O SR. Presidente só tinha que ter uma coisa, era respeito pelos eleitos, que não estava a ter. Estava a ser ofensivo, estava novamente ali a tentar fazer uma coisa que já tinha sido feita no passado, em que declarações suas, numa assembleia municipal tinham-lhe colocado um processo, tinha sido constituído arguido, nas discussões da ABMG, que por acaso tinha chegado ao fim há uns dias atrás e onde ele era apelidado de tentar denegrir a imagem do executivo, relativamente as afirmações que tinha feito. As suas afirmações estavam gravadas, foram

todas ditas e sustentadas, o Sr. Presidente que fizesse o que quisesse relativamente ao que tivesse que fazer. Estar de forma ofensivo a tentar fazer uma afirmação que não tinha afirmado. Ia dizer, o Sr. e o seu executivo naquele momento, estavam mais preocupados com utilização dos serviços públicos para fins políticos, do que para gerirem o serviço público de forma correta e competente, porque o que precisavam no concelho de Mira, sinceramente, era que de uma vez por todas, se colocasse a política para segundo plano no exercício das funções de gestão, e pensar de forma profissional o que é que o Município precisava, porque se de forma profissional olhassem para o mapa de pessoal, não era aquela a apresentação que estavam a fazer naquele momento. O que naquele dia ali comprovavam era, que sinceramente, estavam à deriva, não faziam a mínima ideia do que é que haviam de apresentar para o Município como mapa de pessoal. Ainda não tinham sequer, porque é que de dezembro para fevereiro tinham sido obrigados a apresentar aquele mapa de pessoal. Não tinham nem respondiam a uma pergunta muito simples como aquela, “o que é que tinha mudado de dezembro para fevereiro”, “o que é que tinha mudado de dezembro para fevereiro”, “o que é que tinha mudado de dezembro para fevereiro”, fazia aquela pergunta três vezes, para verem se lhe conseguiam responder. -----

----- VOTAÇÃO-----

---- Colocado à votação o Ponto 3 foi: Aprovado por maioria, com os votos conta do PS, abstenção do CHEGA, e com os votos a favor do PSD.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

---- **Interveio a Deputada Maria José**, declarou que a bancada do PS votava contra a alteração daquele mapa de pessoal, e queria deixar por escrito a evidente má qualidade dos quadros apresentados na proposta, que inibiu o estudo profundo que merecia por parte dos deputados.-----

PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação atual, em articulação com o artigo 77º

da Lei nº 85/2023, de 29 de dezembro, 1ª Revisão ao Orçamento e às GOPs do ano 2024. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, interveio o Sr. Presidente que declarou que se colocava à disposição para alguma questão que fosse necessário.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho**, o executivo teimava em cumprir com a tradição das revisões, em dezembro tinha sido aprovado o orçamento para 2024, em fevereiro contavam com a primeira revisão no que tocava ao GOP, de um material tão estrutural como eram as GOP's. Visto que se tratava de uma matéria um tanto ou quanto complexa, gostariam que os serviços ou o executivo explicassem mais detalhadamente aquela revisão. Passava a exemplificar ou a ilustrar uma das suas dúvidas. Para a alínea da Escola Secundaria de Mira, o financiamento definido, daquilo que tinha percebido, era de forma arredondada oitenta e nove mil cento e setenta e dois euros, dotação atual, depois o financiamento definido passava para cento e dezoito mil novecentos e quarenta e dois, ali tinha havido uma modificação, depois o financiamento definido, corrigido, passava para duzentos e oito mil cento e catorze, gostariam de saber o porquê daquela diferença, e através daquele exemplo achava que já conseguiam depois perceber as restantes tabelas.-----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que esclareceu que, se não fosse

assim tinham que fazer a incorporação do saldo de gerência naquele ponto. Tinha que haver, em 2024, a transição do que passava de um ano para outro. Naquele caso tinham que incluir a transição daquele saldo, chamava-se saldo de gerência, nas rubricas para aquele ano. -----

---- **Interveio o Sr. Vice-Presidente**, para responder relativamente a escola secundária. Esclareceu que relativamente à integração daquele saldo de gerência, tal como o Presidente tinha dito, o saldo que tinha transitado tinha que obrigatoriamente ser distribuído por alguma rúbrica. Relativamente à questão da Escola Secundária, e recordava que orçamento era feito em outubro, final de outubro, novembro, conseguiam uma execução bastante generosa daquilo que foi o projeto da escola secundaria, no final do ano em termos de execução orçamental da empreitada, e que tinha tido a devida implicação e revisão no orçamento daquele ano. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

---- Colocado à votação o Ponto 4 foi: Aprovado por maioria, com os votos contra do PS, abstenção do CHEGA, com os votos a favor do PSD. -----

----- **PONTO CINCO: Aprovação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Mira no Diretor do Agrupamento de Escolas de Mira, em conformidade com o disposto na alínea m) do nº. 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n. º75/2013, de 12 setembro, na atual redação.** -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, explicou que aquele ponto já tinha acontecido no ano anterior. A partir do momento em que tinham aceitado as transferências de competências, realizaram um protocolo com Agrupamento de Escolas, para que realizassem pequenas obras e terem à disposição, mais rapidamente, alguns montantes que lhes permitia fazerem a gestão do que era necessário. No ano anterior tinham celebrado o protocolo que, passado um ano

voltava lá com a atualização de valores, porque o montante que estava cativo no ano anterior, entendiam que, não tinha sido utilizado e não era justificativo. Tinha sido reduzido, mas o fundamento era o mesmo, portanto, dar ao Agrupamento e na pessoa do Sr. Diretor a possibilidade de serem eles a realizar determinadas tarefas e reparações, através de um mecanismo mais rápido. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

----- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho**, que afirmou que a sua questão se prendia com, estando obviamente aquele ponto consagrado na Lei, gostariam de perceber qual a base para a atribuição de quarenta mil euros à direção da escola secundaria de Mira. Tinha indicado que no ano passado tinha dado uma verba maior, naquele ano menor, gostaria que concretizasse alguns exemplos do porquê de então diminuírem a verba atribuída. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, que explicou que tinha a ver com a base de execução financeira. Tinham atribuído no ano anterior um valor maior que o Agrupamento não tinha utilizado, até porque tinham um teto máximo para o qual tinham autonomia para poderem trabalhar, a partir daí tinham que pedir autorização e dar comunicação prévia ao município, para que fosse disponibilizada aquela despesa, e, portanto, não tendo sido atingido grande parte do valor, tanto que seria pouco mais de metade do que estava a ser atribuído naquele ano, entenderam todos que a redução dos valores iriam para os quarenta mil. Tinha sido só por aquilo, não tinha outra justificação. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

--- Colocado à votação o ponto 5, foi: Aprovado por maioria com abstenção do

PS, e com os votos a favor do PSD e CHEGA. Não interveio na votação a Deputada Lurdes Mesquita por conflito de interesses. -----

PONTO SEIS: Aprovação, nos termos do previsto no n.º 4, do art.º 5.º, do D.L. n.º 57/2019, de 30 de abril, da proposta de atualização da atual transferência de competências do Município de Mira para a Freguesia de Mira – ano 2024 -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, explicou que a última reunião de assembleia de dezembro, tido ido aquele mesmo assunto ali com as outras três juntas de freguesia. Não tinha vindo da Junta de Freguesia de Mira por questões de calendário, os documentos não tinham sido aprovados em reunião da Junta e de Assembleia de Freguesia e, portanto, não poderiam ter ido aquela reunião. Já tinham ido aos devidos órgãos, já tinham sido aprovados e por isso tratava-se, igualmente, à semelhança das outras três juntas, da atualização em função dos valores de inflação, para o protocolo já existente para aquele ano. Era apenas uma atualização. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seiça** sobre aquele ponto a bancada do PS tinha a dizer que, o acordo com a Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha vindo a favorecer todas as outras freguesias, esperando que nos próximos anos fossem feitas as atualizações de uma forma natural, e que passassem a ser uma prática comum para todas as freguesias. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que declarou que a sua intenção era sempre fazer a atualização dos valores. Com as outras três juntas já tinham feito isso noutras alturas, não tinha acontecido ainda com a Junta de Freguesia da Praia de Mira, mas todos os anos em função da inflação teriam que fazer aquela atualização que, depois teria que ir sempre ali à Assembleia Municipal para aquela aprovação. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

---- Colocado à votação o ponto 6, foi: Aprovado por Unanimidade. -----

PONTO SETE: Aprovação, nos termos do disposto na alínea j), em articulação com a alínea k), do n.º 1, do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atribuição de apoio extraordinário à Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, era o que constava da redação do ponto, tratava-se de um apoio extraordinário à junta de freguesia da Praia de Mira, através de conversações e de documentos apresentados, os valores eram os que tinham sido acordados entre ambas as partes e, portanto, tinha que ir ali para aprovação. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

---- Colocado à votação o Ponto 7, foi: Aprovado por maioria com abstenção do CHEGA e com os votos a favor do PSD e PS.-----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda** à semelhança de outras abstenções, o seu voto de abstenção nos pontos 6 e 7 prendia-se com a forma como aqueles protocolos eram apresentados e implementados. No seu entendimento deviam existir apenas quatro protocolos, suficientemente

explícitos e negociados com as Assembleias de Freguesia, e não com o executivo de freguesia. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

---- **Interveio o deputado Mauro Seïça**, aquela aprovação referia-se ao normal funcionamento entre autarquias. Recordava que a junta de freguesia da Praia de Mira tinha tido que despender recursos humanos e materiais durante o Verão de 2023, para assegurar a competência da CM substituindo-se àquela. Sublinhavam também que, após aquela aprovação, a Câmara estava em situação de poder efetuar o pagamento pelo que solicitavam que fosse efetuado nos próximos dias, pois seria incompreensível que se arrastasse aquele pagamento por mais tempo, num processo que já ia longo. -----

PONTO OITO: Relatório anual de atividades e avaliação da CPCJ – Tomada de conhecimento. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra à Vereadora Adriana para explicar o documento. -----

--- **Interveio a Adriana Sousa**, que informou que o relatório anual de CPCJ em Mira, ao longo de 2023, tinha havido um número considerável de sinalizações, no entanto cinquenta e dois processos tinham sido arquivados e no final do ano apenas tinham transitado trinta e oito ativos em avaliação. Importava referir que, uma das grandes problemáticas em Mira era a exposição a comportamentos que podiam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, mais concretamente, violência doméstica. Nos últimos cinco anos tinha-se verificado um aumento do número de processos, no entanto, o número de processos ativos mantinha-se quase constante. Aquilo significava o esforço, dedicação, o trabalho multidisciplinar e articulação de toda a equipa com outras entidades para

alcançar os resultados. Daquela forma importava manifestar a todos o reconhecimento aos profissionais envolvidos, pois com profissionalismo, competência, entrega e dedicação, faziam do concelho de Mira um local onde as crianças se pudessem sentir seguras e protegidas.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seíça** que informou que tinha sido nomeado para aquela comissão da CPCJ há pouco tempo atrás, tinha cumprido a sua função com as presenças nas reuniões que se realizavam, contudo, sentia que poderia dar um contributo melhor, perguntava diretamente a quem tutelava, como via aquele executivo o envolvimento dos elementos das reuniões alargadas, e de que forma é que aqueles elementos das reuniões alargadas podiam contribuir mais. Questionou ainda, quais eram as políticas que aquele executivo tinha, ou que pretendia implementar para a melhoria da produtividade da Ação Social, nomeadamente da CPCJ. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que explicou que a CPCJ tinha critérios certos e definidos, e por isso é que existiam dois tipos de comissão, a alargada e a restrita. Na restrita apenas alguns elementos ficavam na posse dos processos, e tinham acesso a informação que não podia ser divulgada de qualquer forma, muitos deles tinham processos judiciais acoplados, não podiam transitar para a comissão alargada. O Mauro fazia parte da comissão alargada e aquilo que se passava naquelas reuniões, que até eram mais espaçadas no tempo, não eram tantas como as restritas, os poderes não podiam passar de ali.

Era uma ação em que a comunidade podia participar, e bem, várias entidades que lá estavam representadas, como sabia, a tutela definiu que era assim e, portanto, não podiam fugir ao que estava pré-estabelecido. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota** que referiu que podia dar ali uma achega, porque tinha feito parte daquela comissão alargada durante algum tempo, e talvez tivesse o mesmo sentimento que o Mauro. Ninguém pedia para que as regras fossem violadas, era o que havia de faltar, ninguém pedia para que a alargada, naquele caso a CPCJ alargada, fosse violar ou dar informações indevidas a quem fazia parte daqueles órgãos. O que se tinha perguntado era uma coisa muito simples, quais eram as políticas, pouco tempo antes tinham falado da ação social, pouco tempo antes tinham falado daquela área que era tão importante, eles perguntavam simplesmente, e o que o Mauro tinha perguntado foi, quais eram as políticas que pretendiam implementar e que podiam de alguma forma melhorar todas aquelas atividades para que, os elementos que também faziam parte daqueles órgãos, pudessem levar informações para os restantes eleitos fosse naquela assembleia, fosse nos outros órgãos que existiam no concelho, para que todos pudessem de alguma forma melhorar as políticas direcionadas para a ação social. Porque consideravam que estavam em falta em vários aspetos. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que pediu autorização para passar à vereadora Adriana que tinha aquele Pelouro atribuído. -----

---- **Interveio a Vereador Adriana Sousa** referiu que relativamente aquelas questões, tinha também sido enviado um relatório de atividades que iam ser desenvolvidas ao longo do ano de 2024, e para isso o colega Mauro, ia-lhe chamar colega porque pertencia à comissão alargada, que tinha sido numa reunião alargada que tinham definido e elaborado o plano de atividades. Portanto, estavam ali a envolver todos os membros da comissão alargada e toda a comunidade em geral, portanto achava que estava respondida à questão. ----

---- Ponto 8, foi: Tomado Conhecimento. -----

PONTO NOVE: Declarações de Compromissos Plurianuais, Pagamentos em Atraso e Recebimentos em Atraso do ano 2023 – Tomada de conhecimento. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara,** era um documento que tal como a redação dizia, eram compromissos plurianuais, portanto, os documentos eram relativos ao ano de 2023, estava ao dispor para qualquer esclarecimento. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seiça,** pediu permissão para abordar questões cruciais que se apresentavam diante deles, exigindo atenção imediata e ação decisiva. Era com pesar que constatavam que, as dívidas para com fornecedores ultrapassavam os quatrocentos e vinte e sete mil oitocentos e noventa e sete euros e trinta e oito cêntimos, pendente por mais de noventa dias. Aquela situação era sem dúvida preocupante e requeria uma abordagem urgente. Deviam analisar cuidadosamente as razões subjacentes aquele atraso, e tomar medidas eficazes para regularizar aquela situação, assegurando relações saudáveis com os fornecedores, evitando possíveis consequências negativas

para o abastecimento futuro. Ao somarem a dívida de seis milhões seiscentos e sessenta mil quinhentos cinquenta e seis euros com o montante de devido dos fornecedores em atraso, atingiam um total alarmante de sete milhões oitenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e três euros e trinta e oito cêntimos. Aquela soma reforçava a magnitude do esforço necessário para revolver as suas obrigações financeiras, e restaurar a estabilidade das suas contas. Os números revelavam um panorama preocupante, com uma dívida a liquidar até dezembro de 2027, totalizando nove milhões quinhentos e setenta e nove mil setecentos e vinte e oito euros e quinze cêntimos. Aquele valor implicava um encargo significativo nos quarenta e oito meses seguintes, com uma média mensal de cento e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos, e uma média diária de seis mil seiscentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e oito cêntimos. Aquela estatística sublinhava a urgência em fazer um planeamento financeiro rigoroso e estratégico, para enfrentar aquelas obrigações com sucesso. Para além de que, após 2027, deparavam-se com uma dívida adicional de seis milhões trinta e cinco mil noventa e seis euros e sessenta e cinco cêntimos, o que reforçava a necessidade premente de uma gestão financeira responsável e sustentável, para salvaguardar o futuro do seu concelho. Considerando que aquela gestão continuaria até ao final de 2025, estimavam que, se cumprissem os compromissos assumidos, o valor a ser pago pelo Município ascenderia aproximadamente de sete milhões e meio de euros. Era imperativo que todas as medidas necessárias fossem tomadas para cumprir aqueles compromissos, e manter a estabilidade financeira do concelho. Passava para a análise das dívidas dos clientes, e abordando pontos prévios mencionados, era essencial que tivessem acesso ao inventário de todos os edifícios municipais, solicitado pelo próprio há mais de três meses. Especialmente considerando o valor insignificante indicado para rendas de edifícios em 2023. Aquela lacuna na informação sugeria uma necessidade urgente de controlo e gestão adequada dos seus ativos. Ao examinarem as

contas da classe duzentos e onze, verificavam que a freguesia da Praia de Mira contribuía com quarenta e dois por cento do total. Aquela análise destacava a importância de compreender as contribuições individuais de cada freguesia para o financiamento municipal, indicando áreas que podem requerer ajustes, para uma distribuição equitativa e eficaz dos recursos. Em conclusão, lamentavam ao ver aqueles relatórios e constatavam que existia uma gestão danosa do concelho, com compromissos altíssimos a cumprir num período de tempo muito alargado. Eram questões que exigiam a sua atenção diligente e cooperação concertada, para garantir a saúde financeira, tal como o desenvolvimento sustentável do concelho. Questionou, perante tal situação, o que é que os membros do executivo pensavam sobre aquilo, que ações tinham previstas e que políticas pretendiam implementar. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, esclareceu que os seis milhões que o deputado tinha falado, ainda não eram dívida. Não se recordava da listagem dos edifícios municipais que o deputado tinha pedido há três meses atrás, e questionou se era relativamente às rendas dos edifícios municipais. Na página oito tinha referido quatrocentos e qualquer coisa de dívida, salientou que na página quatro tinham recebimentos em atraso, tinham pagamentos em atraso no valor de quatrocentos e vinte e sete mil, os recebimentos em atraso rondavam os duzentos mil, portanto se fizessem entre o dever e o haver a coisa não era assim tão negra como tinha acabado de pintar. De qualquer forma, já tinha falado anteriormente no outro ponto, no relatório do Presidente, quais eram as estratégias para acabar com os pagamentos em atraso. Esperavam dentro de algum tempo ir ali a uma assembleia, e não estarem a discutir aquelas questões

de dívidas porque também era do seu interesse acabar com os pagamentos em atraso. -----

---- Ponto 9, foi: Tomado Conhecimento. -----

PONTO DEZ: Assunção de compromissos Plurianuais – Tomada de Conhecimento. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, que esclareceu que tinha a ver com uma contratação de prestação de serviço para as atividades de enriquecimento curricular, como transitava de um ano para outro tinha que ir ali, por se tratar de um compromisso plurianual. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- **Interveio o Deputado Antonio Teixeira**, em relação à aquisição de serviços de apoio técnico e logístico para a realização do evento Réveillon na Praia de Mira, no valor de oitenta mil seiscientos e noventa e sete mil e setenta e cinco cêntimos, queria pedir que descrevessem detalhadamente, as despesas de tais serviços, pois como se podia verificar, não estava detalhado e os contribuintes tinham todo o direito de saber para onde ia, concretamente, tal dinheiro que lhes saía do bolso. Em relação aquele montante, questionou se já tinha sido pago a parte de 2023, e devia-se a de 2024 ou devia-se o total. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

--- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que pediu autorização ao Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente para responder ao

Deputado.-----

--- **Interveio o Sr. Vice- Presidente** que agradeceu a questão formulada, tinha o maior gosto em apresentar as contas discriminadas ao Sr. Deputado e a toda a bancada. Aquele valor devidamente contratado através de uma consulta prévia, portanto era um formalismo da contratação pública, implicava palcos, segurança, artistas, toda a produção, PA, sistema de som, geradores, portanto tudo o que envolvia o evento da passagem de ano. Era um evento que rondava cerca de cem mil euros de custo, que realizavam como muito gosto, que fazia parte da estratégia cultural e em termos turísticos do concelho. Não tinha qualquer tipo de problema de apresentar os custos detalhadamente sobre aquilo que tinha questionado. Não conseguia precisar ao cêntimo, ao euro, mas havia até uma verba que já tinha sido paga em dezembro, porque tudo o que era cachês de artistas, para quem não sabia, só subiam ao palco com o valor pago, julgava que eram vinte ou trinta mil euros, não sabia precisar porque não tinha ali os dados necessários para o efeito, que já tinham sido pagos em 2023. Pensava que em janeiro ou em fevereiro, já tinha sido liquidado o restante valor daquele procedimento. -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que esclareceu que no valor respeitante à passagem de ano, tinha sido liquidado cinquenta por cento. Continuou para esclarecer duas questões, uma delas quando tinha sido finalizado o ponto n. 1, não tinha referido e queria dar as boas vindas aos Srs. Deputados regressados, Paulo Grego e João Luis Pinho, já algum tempo que não estavam presentes, agradecia a sua colaboração e era sempre de salutar tê-los ali de volta. A segunda parte da sua intervenção prendia-se com, há cerca de uma ou duas horas atrás, o Ex - Presidente Raúl Almeida tinha feito uma publicação nas redes sociais e portanto sem grandes tabus, sem grandes preâmbulos, uma vez que tinha sido ele a tomar a iniciativa e a fazer a publicação, tornava-se público que o estado de saúde em que ele se encontrava, não era nada favorável e portanto queria em nome do executivo, não queria falar

em nome da Assembleia, pensava que o sentimento seria comum a todos, desejar-lhe força, que os tratamentos resultassem como tinham que resultar, e aguardavam que o estado de saúde dele melhorasse, consideravelmente e rapidamente estivesse apto a trabalhar.-----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Assembleia**, pensava que aqueles votos e aquele sentimento era transversal a todos, era uma questão humana, não tinha nada de político. Eram todos Mirenses, todos gostavam uns dos outros, na diversidade que tinham. Como estavam em período de campanha eleitoral, uma pequena reflexão, mas mesmo curtinha, não sabia se pessoas como o Capitão Salgueiro Maia, naquele dia, se ainda lá estivessem, não estariam um pouco tristes, e os culpados eram eles. Eles em 25 abril fizeram o que precisavam de ser feito no país, tinha dezanove anos e dizia uma coisa, havia muita coisa mal naquela democracia, mas era uma democracia, o que vivam antes, quem não tinha vivido não fazia ideia, assim como ele nos seus dezanove anos, não fazia ideia do que sentiram os outros antes dele, porque a democracia valia a pena, iriam honrá-la, e no dia das eleições iam votar. Esperava que toda a gente se associasse àquele voto. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, em nome da bancada do Partido Socialista queria simplesmente associar-se às palavras do Sr. Presidente relativamente à questão da saúde do Ex Presidente Raúl Almeida, e como era óbvio, desejavam que ele conseguisse rapidamente ultrapassar o processo que tinha em curso naquele momento. Já individualmente tinha tido a possibilidade de lhe transmitir exatamente aqueles desejos, e esperava eficazes melhoras, era uma situação sensível, mas como era óbvio todos tinham fé e crença, e acreditavam que aquelas situações seriam capazes de ser ultrapassadas, que ele também ia vencer aquela batalha. Queria apenas dizer que estavam todos a torcer que as coisas corressem bem, como era óbvio. -----

--- **Interveio o Deputado Augusto Miranda**, a bancada do CHEGA fazia das palavras do Francisco as suas, e desejava rápidas melhoras ao seu antigo

presidente. -----

--- **Intervêio a Deputada Lurdes Mesquita**, naturalmente que a bancada do PSD desejava tudo do melhor ao Ex Presidente Raúl Almeida, subscreviam as palavras do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Assembleia, estavam convictos, ele era um lutador nato, e que também ia vencer aquela batalha.-----

---- **Intervêio o Sr. Presidente da Assembleia**, referiu que quase todos eles ali dentro tinham alguma experiencia do que era ter um doente oncológico na família, alguns até provavelmente tinham-no sido. No caso pessoal tinha tido a sorte do que lhe tinha calhado em sua casa, como alguém lhe dizia num outro dia, tinha sido um sonho mau, muito mau, já tinha passado. Esperava que ao Raúl e a todos os que tivessem na situação dele, dali a uns tempos pudessem dizer que, tinha sido um sonho mau, muito mau, já tinha passado. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

---- Ponto 10, foi: Tomado Conhecimento. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

ENCERRAMENTO -----

---- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas 20 H e 30 M, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

O Presidente da Mesa

(Nelson Maltez)

O 1.º Secretário

(Luís Lavrador)